



**O Condicional / Futuro do Pretérito:
entre tempo e modalidade**

Ana Cristina Gonçalves Afonso

Dissertação de Mestrado em Linguística

Setembro 2018

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Mestre em Linguística, realizada sob a orientação científica
da Professora Doutora Clara Nunes Correia

AGRADECIMENTOS

Em primeiríssimo lugar, as minhas palavras de agradecimento vão para a minha orientadora, a Dra. Clara Nunes Correia. Esta é, sem dúvida, uma daquelas ocasiões em que por mais que se estique uma palavra, ela nunca parece ser suficientemente grande para exprimir o que se sente. ‘Obrigada’ fica, pois, aquém daquilo que quero dizer. Mas posso enumerar algumas das excelentes qualidades desta pessoa maravilhosa com quem tive a sorte de me cruzar na vida: a simpatia, a generosidade, o humor, a amizade, o carinho, a alegria, a boa disposição, a energia... Sinto-me muito grata por este encontro!

Em segundo lugar, quero deixar expresso o meu profundo agradecimento a todo o corpo docente do Departamento de Linguística da F.C.S.H. Pelo apoio incondicional que obtive desde o momento em que entrei para a licenciatura. Pelo aconchego que sempre senti no quarto andar da torre B. Pelo sorriso acolhedor em cada boca, sempre.

Em terceiro lugar, quero agradecer a todos os meus amigos, do fundo do coração, ou, do meu sistema nervoso central. Pela longa, sólida e profunda amizade. Por verem em mim alguém que conseguirá sanar disputas em relação a como alguma palavra deverá ser pronunciada, ou sobre qual será a sua origem, ou sobre se leva um ou dois ‘s’...

Em quarto e último lugar, quero agradecer à minha mãe. Por suportar as minhas prolongadas ausências com um silêncio de mãe.

O Condicional / Futuro do Pretérito: entre tempo e modalidade

Ana Cristina Gonçalves Afonso

[RESUMO]

O Condicional / Futuro do Pretérito é um paradigma linguístico cujo estudo levanta questões não triviais acerca do funcionamento da língua. Esta dissertação pretende ser um contributo para a sua compreensão. Num primeiro momento, são apresentados alguns trabalhos em que o foco é o Condicional / Futuro do Pretérito mas que apresentam visões diferenciadas acerca do mesmo. Seguidamente, explora-se a problemática de se definir o Condicional / Futuro do Pretérito como tempo ou como modo admitindo, porém, não perspetivar esta questão como fundamental para o seu estudo. É dada também relevância à diacronia do Condicional / Futuro do Pretérito cuja história, em português europeu, ainda se encontra, com exceções, pouco explorada. Observam-se, depois, algumas convergências e divergências nos usos e valores do Condicional / Futuro do Pretérito com as duas formas linguísticas que com este partilham morfologia, o Imperfeito do Indicativo e o Futuro do Indicativo. Por fim, exploram-se aqueles que se creem ser os seus usos e valores mais comuns, com foco no português europeu contemporâneo. Mais do que tentar estabelecer uma delimitação para o significado do Condicional / Futuro do Pretérito, o que aqui se pretende é, fundamentalmente, levantar questões que se considerem pertinentes para um estudo mais aprofundado da língua.

PALAVRAS-CHAVE: *condicional, futuro do pretérito, tempo, modalidade*

[ABSTRACT]

The Conditional / Future in the Past is a linguistic paradigm whose study raises non-trivial questions about the functioning of language. This dissertation is intended to be a contribution to its understanding. At first, some works are presented in which the focus is the Conditional / Future in the Past but that present different views of it. Next, we explore the problem of defining the Conditional / Future in the Past as a tense or as a mood, admitting, however, not to prospect this as a fundamental question for its study. It is also given relevance to the diachrony of the Conditional / Future in the Past whose history, in European Portuguese, is still, with exceptions, little explored. Then we observe some convergences and divergences in the uses and values of the Conditional / Future in the Past with the two other linguistic forms with which it shares morphology, the Imperfect of the Indicative and the Future of the Indicative. Finally, we explore its uses and values which we believe to be the most common, focusing on contemporary European Portuguese. Rather than attempting to establish a delimitation of the meaning of the Conditional / Future in the Past, what is intended here is, fundamentally, to raise questions that are considered relevant for a more in-depth study of language.

KEYWORDS: *conditional, future in the past, tense, modality*

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: ESTUDOS SOBRE O CONDICIONAL / FUTURO DO PRETÉRITO	2
CAPÍTULO II: CONDICIONAL: TEMPO OU MODO?	12
CAPÍTULO III: ASPETOS DA DIACRONIA DO CONDICIONAL	18
CAPÍTULO IV: O CONDICIONAL E O IMPERFEITO	25
CAPÍTULO V: O CONDICIONAL E O FUTURO	27
CAPÍTULO VI: USOS E VALORES DO CONDICIONAL	31
CONCLUSÃO	46
REREFRÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

INTRODUÇÃO

Esta dissertação pretende constituir-se como uma investigação sobre o paradigma linguístico a que chamamos Condicional ou Futuro do Pretérito. Aqui se identificam e descrevem as suas características dominantes, as suas relações com outras formas linguísticas, a sua evolução ao longo do tempo, os seus empregos mais usuais e os seus valores mais difundidos.

O Condicional / Futuro do Pretérito (doravante COND) levanta questões interessantes sobre a língua. Não só nos podemos questionar acerca do lugar que ocupa entre as outras formas do sistema verbal, como somos também, inevitavelmente, levados a questionar-nos acerca do estatuto das categorias de que normalmente fazemos uso para descrever a língua. A exploração das relações que formas linguísticas próximas estabelecem entre si também se mostra relevante. Levanta-se ainda a questão do significado de uma forma linguística, ou, de que princípios adotar para se poder determiná-lo.

A presente dissertação passa em revista alguns estudos sobre o COND, sem aspirar à exaustividade; explora algumas propostas sobre o seu estatuto – tempo ou modo; elabora hipóteses sobre a sua evolução; identifica algumas semelhanças e dissimelhanças com o Imperfeito e o Futuro; enfim, examina os seus usos e valores mais significativos.

Assim, no primeiro capítulo, apresentam-se alguns estudos sobre o COND, não só em português europeu, mas também em francês. No segundo capítulo, levantam-se algumas questões e apresentam-se alguns pontos de vista sobre a problemática de se o COND é um tempo ou um modo. No terceiro capítulo, apresenta-se um breve panorama dos estudos diacrónicos sobre o COND e avançam-se algumas hipóteses sobre a evolução desta forma em português europeu. Os quarto e quinto capítulos são dedicados às relações entre o COND e o Imperfeito e o COND e o Futuro. Finalmente, no sexto capítulo, exploram-se os usos e valores mais significativos desta forma linguística, com especial incidência no PE.

CAPÍTULO I: ESTUDOS SOBRE O CONDICIONAL / FUTURO DO PRETÉRITO

Em português europeu contemporâneo, o COND surge em contextos sintático-semânticos variados e veicula valores diferenciados. Vários são os pontos de vista que se podem adotar quando nos confrontamos com tal complexidade. No que se segue, revemos alguns trabalhos em que o COND é tratado de forma mais ou menos sistemática.

Cunha e Cintra (2002) sistematizam os empregos do COND, optando pela designação 'Futuro do Pretérito' já que, para os autores este se trata de um tempo do modo Indicativo (e não de um modo). Um tempo que, segundo se lê na sua Gramática do Português Contemporâneo, «só se diferencia do Futuro do Presente por se referir a factos passados» (Cunha & Cintra, 2002: 462), sendo que ambos, Futuro do Presente e Futuro do Pretérito, surgem em orações condicionais. Debaixo desta designação, os autores apontam os vários empregos do COND: a designação de ações posteriores à época em que se fala (1), o de expressão de incerteza (2), o de forma polida de presente (3), o de surpresa ou indignação, em interrogativas e exclamativas (4) e o seu emprego em condicionais (5):

- (1) *Depois de instalada, a Academia se transformaria em sua outra casa.*
- (2) *Eu teria, talvez, uns doze anos.*
- (3) *Desejávamos ouvi-lo sobre o crime.*
- (4) *Seria possível que assim se desvanecessem as esperanças da iminente vitória da verdade à calúnia, urdida contra o pobre moço!...*
- (5) *Se não houvesse diferenças, nós seríamos uma pessoa só.*

Quanto ao 'futuro do pretérito composto', Cunha e Cintra apontam três empregos: o de indicação de que um facto teria, mediante condição, acontecido no passado (6), o de expressão de possibilidade de um facto passado (7) e o de incerteza sobre factos passados, em frases interrogativas (8):

- (6) *Se eu estivesse cá, nada disso se teria passado.*
- (7) *Calculou que a costureira teria ido por ali.*
- (8) *Quem teria escrito? Perdiam-se num silêncio de cogitações.*

Por seu lado, F. Oliveira (2003a), na Gramática da Língua Portuguesa, no capítulo dedicado aos Tempos gramaticais, admite um duplo emprego para o COND. Segundo esta autora, o COND comporta-se como um tempo se o tempo de referência for o passado (9) e como um modo se o tempo de referência for o futuro (10) (cf. Oliveira, 2003a: 158).

(9) *Ontem o Rui encontrou a Maria e esta convidá-lo-ia posteriormente para presidir ao encerramento da sessão.*

(10) *O Rui e a Maria têm um encontro dentro de dias e esta convidá-lo-ia (*posteriormente) para residir à sessão, se não soubesse já que ele recusava.*

O COND composto também pode ter leitura temporal e leitura modal. Neste caso, quando as construções são modais, pode haver substituição pelo Mais que perfeito composto sem que se opere mudança de sentido, mas em construções não modais, essa substituição conduz a uma perda de modalização. Mais à frente, já no capítulo dedicado ao Modo, lê-se que o COND, quer na forma simples (11), quer na forma composta (12), pode também ocorrer como modo, «quando o ponto de perspectiva temporal não é um tempo passado» (Oliveira, 2003b: 257), uma vez que aqui não se trata da marcação de um tempo:

(11) *O vulcão pode entrar em actividade e isso assustaria a população.*

(12) *Nas condições atuais, não sei se a Maria teria casado com o Luís.*

Do mesmo modo, em F. Oliveira (2013), na Gramática do Português, a autora situa o COND, como o faz, também, em F. Oliveira (2003a), entre os tempos do Indicativo. Aqui, a autora mostra como o COND se comporta como ‘futuro do passado’ em enunciados em que o tempo de referência passado é explicitamente referido através de um marcador temporal (13):

(13) *Depois da batalha de Aljubarrota, seria erguido o Mosteiro da Batalha.*

No mesmo capítulo, a autora aponta o uso ‘não temporal’ do COND em construções condicionais. Neste caso, quando os predicados são de tipo estativo, a interpretação decorrente é uma de contrafactualidade (14); quando os predicados são de tipo eventivo obtém-se uma leitura hipotética (15):

(14) *Se a Ana fosse simpática, eu convidá-la-ia para jantar fora.*

(15) *Se a Ana acabasse o relatório, eu (ainda) a convidaria para jantar fora.*

O COND pode ainda ter um “valor modal epistémico de incerteza” quando ocorre com verbos de tipo durativo e em que a referência temporal é no passado. Já o COND composto tem principalmente um valor «modal ou contrafactual» (F. Oliveira, 2013: 532) obtido não apenas em construções condicionais. Mas pode também ter uma leitura temporal que surge, no entanto, como «pano de fundo relativamente à interpretação modal» (Idem, 533), em que o acontecimento é anterior a um tempo de referência passado (16):

(16) *O jornalista tentou entrevistar duas pessoas que teriam presenciado o crime.*

A autora sublinha as semelhanças do COND composto com o Mais que perfeito composto (17), referindo contudo que com o COND composto «sobressai a interpretação modal» (Idem, 533)

(17) *O jornalista tentou entrevistar duas pessoas que tinham presenciado o crime.*

O COND surge ainda, lado a lado com o Futuro, no capítulo dedicado ao Modo, na Gramática do Português. Aí, Marques (2013) observa, para o COND, o valor temporal de ‘futuro do passado’ (18):

(18) *A sonda espacial foi lançada em janeiro; só dez meses mais tarde enviaria as primeiras imagens.*

e os «valores de crença» (Marques, 2013: 685), em que o enunciador se não compromete com a verdade daquilo que é expresso. Quando o COND adquire este valor não temporal, dois casos podem ocorrer: um em que a certificação daquilo que é expresso é reenviada a outra entidade, expressa na frase (19); outro em que, segundo o enunciador, a oração é verdadeira «mas numa situação hipotética, que é ou pode ser diferente da realidade» (Idem, 687) (20) e (21):

(19) *De acordo com alguns historiadores, ele teria nascido em Lisboa.*

(20) *Teria sido pior não o ter avisado.*

(21) *Se ele soubesse alguma coisa, teria dito.*

Num outro estudo, Oliveira & Duarte (2012) exploram a relação do COND com o Imperfeito. Segundo estas autoras, o COND tem sobretudo um valor modal mas pode, em determinados contextos, adquirir um valor temporal. Como valor temporal

do COND, Oliveira & Duarte (2012) apontam o de ‘ulterioridade no passado’. Este valor obtém-se quando há uma proposição construída no passado, passado esse que funciona como tempo de referência em relação ao qual o COND representa ulterioridade. A situação descrita pelo COND pode estar situada no passado em relação ao tempo de enunciação ou projetar-se para além do tempo da enunciação. Por outro lado, o valor temporal do COND Composto é um valor de ‘anterioridade em relação a um tempo passado’, o que se comprova pela possibilidade da introdução de ‘antes’ na proposição com COND. Quanto aos valores modais do COND, e no que respeita ao COND simples, as autoras referem, como aliás já o havia feito F. Oliveira (2003a), que «quand le Temps de Référence n’est pas le passé, il acquiert une valeur modale» (Oliveira & Duarte, 2012: 54). Ou seja, nos casos em que o tempo de referência é o Futuro ou o Presente, o COND não pode adquirir valor temporal mas apenas modal. O COND Composto tem sobretudo valor modal, por exemplo, de incerteza.¹

Já numa perspectiva diacrónica, encontramos o estudo de Brocardo (2016). Na descrição que a autora faz dos valores do COND, para além de outros valores encontrados mais ou menos homogeneamente entre as línguas românicas, como por exemplo o de ‘atenuação’, o COND tem como funções principais as de ‘futuro do passado’ e de ‘condicional’, ou seja, um valor ‘temporal’ e um valor ‘não temporal’. Neste último caso, o COND exprime uma situação sujeita a uma condição ‘possível’ ou ‘contrafactual’. As interpretações ‘possível’ ou ‘contrafactual’ decorrem da natureza aspetual ‘eventiva’ e ‘estativa’, respetivamente, dos predicados.²

Para além da descrição mais ou menos sistemática dos valores do COND que revimos até aqui, encontramos também, noutros autores, descrições que pretendem sistematizar, com recurso a diferentes teorias, os valores do COND. São os casos de Abouda (2001), Lauze (2008) ou Haillet (2012).

Numa tentativa, começada em Abouda (1997), de subsumir todos os valores do COND num invariante semântico, Abouda (2001) pretende dar aos empregos jornalístico, polémico e de atenuação do COND um tratamento unitário. Este autor

¹ Este estudo será retomado no capítulo IV desta dissertação, dedicado ao COND e ao Imperfeito.

² Retomaremos também este estudo no capítulo III desta dissertação, dedicado à diacronia do COND.

sustenta que o valor básico para estes três tipos de emprego do COND, que partilham um dado número de características, é um valor de «non-prise en charge par le Locuteur de son énoncé» (Abouda, 2001: 277). Em exemplos como:

(22) Selon ces témoignages, le nombre des victimes se situerait entre cinq mille et sept mille personnes

é patente uma não assunção, por parte do enunciador, daquilo que é dito. Isto é, através de enunciados como (22), o enunciador permite-se não assumir a veracidade da informação veiculada. Em vez disso, é uma outra voz, no enunciado, que assume essa responsabilidade. O COND ‘polémico’, de que é exemplo (23), não constitui, segundo o autor, um tipo de emprego particular, mas deverá estar ligado ao COND de ‘non-prise en charge’.

(23) [Il] existe dans le dossier un témoignage mensonger d'un monsieur qui prétend que je lui aurais garanti que M. Michel Droit nous obtiendrait une autorisation d'émettre.

Aqui, o COND veicula um valor de ‘protesto’, ‘indignação’ (embora o autor admita que esse valor advenha, prioritariamente, do contexto). Também aqui o enunciador não assume os conteúdos do enunciado, atribuindo essa assunção, «automatiquement, à un Autre Enonciateur» (Idem, 285).

(24) J'aimerais vous faire part de quelques remarques à ce propos.

(24) é exemplo de um COND de atenuação. Este valor surge com verbos como *vouloir* ou *aimer*. O autor admite que está subjacente a todo o enunciado um ato ilocutório do tipo declarativo, como ‘eu digo que’, ato ilocutório esse cuja força é amenizada através do uso do COND – ‘eu diria que’ – e é nesse atenuar de força ilocutória que reside uma tomada de posição no sentido de um não assumir daquilo que é dito. Abouda (2001) avança uma explicação segundo a qual o COND exprime, «dans tous ses emplois, une valeur prospective à partir d'un espace énonciatif distinct, par définition, de celui du locuteur.» (Idem, 293).

Também P.P. Haillet se encontra, como Abouda, entre os que defendem um sentido único e basilar para o COND francês. Em Haillet (2003), o autor desenvolve uma descrição do COND, baseada na teoria polifónica de Ducrot (1984), distinguindo

três grandes classes: ‘condicional temporal’ (“conditionnel temporel”), ‘condicional de hipótese’ (“conditionnel d’hypothèse”) e ‘condicional de alteridade enunciativa’ (“conditionnel d’altérité énonciative”) (cf. Haillet, 2003). Estas são as três categorias de base e todos os eventuais sentidos periféricos poderão ser reagrupados debaixo de uma delas.

Segundo este autor, os empregos temporais do COND (simples) distinguem-se por admitirem a paráfrase ‘Imperfeito de *ir* + *Inf*’ (“allait + infinitif”) (cf. Haillet, 2003: 38). Nestes enunciados, a projeção futura do processo é vista como anterior ao ‘agora’ do enunciador. A inadmissibilidade de paráfrases com o presente ou o ‘passé composé’ mostra que este tipo de emprego não situa o processo em relação ao momento de enunciação (25):

(25) *Au cours de sa champagne, le candidat Lagos a promis qu’il engagerait une série de réformes dans le but de mettre un terme à ce statut si particulier des Forces armées dans une démocratie.*

Para mais, os enunciados com COND temporal podem apresentar o processo como realizado ou como não realizado e esta propriedade explica-se, segundo o autor, por o COND não representar os processos como fazendo parte da realidade do enunciador. Sendo a paternidade do ponto de vista adotada pelo enunciador ou por outra instância, o que agrupa, no entanto, os empregos temporais do COND é o facto de o processo ser representado como projetado em relação a um ponto anterior ao momento de enunciação.

No segundo tipo de emprego do COND, ‘COND de hipótese’, o processo é visto em relação a um quadro hipotético e representado como imaginado. Esse quadro hipotético, qualquer que seja a sua formulação, admite a paráfrase em «(même) si + imparfait [ou] (même) si + plus-que-parfait» (Haillet, 2003: 41) (26):

(26) *Si la défense n’avait pas évoqué mon témoignage, je n’aurais rien dit pendant ce procès.*

Por fim, o que agrupa os enunciados do terceiro tipo de emprego do COND identificado por Haillet, o COND ‘de alteridade enunciativa’, é o facto de não admitirem a paráfrase em ‘allait + *inf*’, como é o caso dos usos temporais, nem

estarem em relação com um quadro hipotético, como no caso dos usos do COND ‘de hipótese’. Neste tipo de emprego há uma dissociação de pontos de vista, atribuídos ou não ao mesmo enunciador. Num dos casos há uma ‘alusão a um enunciador distinto’; no segundo caso, um ‘desdobramento de enunciador’. No caso em que há uma ‘alusão a um enunciador distinto’, o enunciador não assume as asserções mas estas são atribuídas a uma outra instância enunciativa. São, neste caso, admitidas as paráfrases ‘paraît-il’ e ‘dit-on’ (27):

(27) *Milosevic serait gravement malade. Il aurait été victime d'une congestion cérébrale et se rendrait souspeu en Chine pour se faire soigner. [...]*

No caso em que há ‘desdobramento de enunciador’, opera-se um distanciamento do ponto de vista («l’effet de «bémolisation» (Idem, 45)) e este é representado como sendo atribuído a uma instância distinta de enunciação: o ‘enunciador enquanto ser do mundo’, presente no enunciado (28):

(28) *Avant de sortir du magasin, il surprend la conversation d'une mamie et d'un vendeur. «Je voudrais une voiture que parle.»*

Ao assumir que o discurso é um agenciamento de representações, Haillet (2003) vê o COND como tendo a função essencial de representar os processos como «non integre[s] à la réalité du locuteur en tant que tel, auteur de l'énoncé» (Idem, 46). Enfatiza, por fim, que os três grandes grupos de usos do COND acima descritos são produzidos pela ocorrência do COND dentro do seu contexto.³

Audrey Lauze também defende uma abordagem monossémica do COND, mas em termos muito diferentes dos de Haillet ou Abouda. Para esta autora, o COND é uma forma atemporal. Ou seja, o COND, por si só, não permite uma ancoragem temporal dos acontecimentos mas essa ancoragem está dependente de todo o conjunto de formas que constitui o contexto em que o COND ocorre. Não podendo, então, o COND fazer essa ancoragem temporal, ele é tido como temporalmente ‘neutro’. O objetivo de Lauze (2008) é o de agrupar os vários valores do COND, nomeadamente os seus valores temporal e modal (que englobam “effets de sens”

³ Para um tratamento mais alargado das frases afirmativas e interrogativas com COND, ver Haillet (2002).

variados), sob a designação de ‘atemporal’. Parte-se, pois, da hipótese de um COND «atemporelle et amodale» (Lauze, 2008: 93).

Assim, e com recurso a exemplos retirados de várias fontes, Lauze (2008) mostra como alguns empregos do COND se mostram de classificação problemática para uma abordagem temporal/modal. O COND ‘de delicadeza’ ou ‘de atenuação’, do qual a autora apresenta, entre outros, o seguinte exemplo:

(29) *«Monsieur l'officier, dit-elle après un moment de silence, vous ne m'avez rien dit de vous, et j'aurais voulu vous entendre raconter quelque aventure de guerre.» (Balzac H. de, Le médecin de campagne)*

não situa o acontecimento no passado mas sim no presente. O COND ‘jornalístico’, de que é exemplo

(30) *Les opérateurs de télécommunications se lancent dans le jeu vidéo. Outre Neuf Cegetel avec Exalight, Orange serait en train de négocier le rachat de la licence du jeu Warhammer, auprès de son éditeur, l'américain EA Mythic.*
(Le Monde, 20 mars 2008)

também não situa os acontecimentos no passado mas sim no presente. O COND ‘lúdico’ («préludique») (Idem, 94), utilizado nas brincadeiras infantis,

(31) *On aurait dit que toi t'étais un méchant démon, et que moi j'étais un chevalier.*
- *Bah pourquoi? Nan, j'ai pas envie d'être un méchant démon, moi!* -
- *Bon ben on aurait dit que t'étais un méchant voleur alors.*

igualmente, não situa os acontecimentos num passado mas também num presente, no momento da fala. O COND ‘contrafactual’, referindo-se a acontecimentos que nunca terão lugar, não situa estes em qualquer momento do tempo, «Le temps est en quelque sorte suspendu» (Idem, 95):

(32) *Une minute encore, elle n'aurait plus la force de ce qu'il lui reste à accomplir.*
(Daudet A., Le Nabab).

Segundo Lauze (2008), nenhum dos usos apontados se poderá incluir sob a designação ‘futuro do passado’.

Segundo esta autora, o COND situa o acontecimento de acordo com as expressões temporais presentes no enunciado, numa das três dimensões temporais

possíveis (passado, presente e futuro). Por isso, considerá-lo temporalmente neutro permite dar conta dos vários usos – de atenuação, jornalístico, e. o. – em que uma leitura temporal não seria possível. Recusando, pois, um COND temporal/modal, Lauze (2008) conclui que o COND é uma forma «hors du temps linguistique» (Idem, 104).

Os exemplos apresentados nos artigos de Abouda (2001), Haillet (2003) e Lauze (2008),⁴ que aqui não transcrevemos na totalidade por motivos de abreviação da exposição, mostram claramente que, embora muitos contextos e respetivos valores se sobreponham no francês e no português, também se verificam muitos casos em que tal não acontece. É também o que mostra um estudo de T. Oliveira (2006) sobre a tradução, em textos jornalísticos, do COND do francês para o português. Constatou a autora, na comparação entre enunciados em francês e sua tradução em português, que em muitos contextos em que no francês é utilizado o COND (salvo aqueles em que a leitura é claramente hipotética ou de futuro do pretérito) a tradução para português se faz com o Futuro, nomeadamente, os casos em que o COND tem valor ‘mediativo’. A autora atribui esta assimetria de significados dos tempos verbais à história própria de cada língua e às relações que os tempos verbais desenvolvem uns com os outros dentro do sistema verbal da própria língua.

Vemos, então, que nem sempre há uma correspondência direta entre os empregos do COND em francês, e seus valores, e os empregos e valores do COND em português. Outro caso curioso é o caso do emprego do COND, em francês, nas brincadeiras de crianças, o chamado COND “ludique” ou “préludique” (‘lúdico’) (e.g. *Tu serais le papa, et moi, je serais la bonne.*). Em francês, a par do COND, utiliza-se também o Imparfait para obter o mesmo sentido, embora, segundo Merle (2001), o efeito não seja exatamente o mesmo. Em português, pelo contrário, apenas o Imperfeito é empregue com esta finalidade específica (e.g. *Eu era a mãe e tu eras o pai...*).

Os estudos aqui apresentados atestam claramente a complexidade de que pode revestir-se o estudo do COND. Em aberto está, por exemplo, a problemática de

⁴ Para uma visão de conjunto dos trabalhos em francês sobre o COND, ver Van Der Weerd (2017).

saber se o COND é um tempo ou um modo, embora esta não pareça ser, em todo o caso, uma questão em si fundamental. Também é possível questionarmo-nos sobre se o COND poderá ser descrito mediante um invariante semântico e se essa será uma boa forma de conceber um estudo do significado. O que é importante, contudo, é, através do COND, tentar questionar as descrições gramaticais, tal como estão até hoje concebidas, no sentido de compreender melhor as formas linguísticas e o seu funcionamento.

CAPÍTULO II: CONDICIONAL: TEMPO OU MODO?

Vimos que existe alguma assimetria no tratamento dado ao COND. Nas gramáticas do português ele é tratado sob a designação de tempo mas também de modo, explorando-se alguns dos seus usos mais comuns. Já os autores franceses que explorámos partem dos valores que o COND pode veicular para tentar chegar a um invariante semântico. Alguns ainda, como Cunha & Cintra (2002), classificam abertamente o COND como um tempo do modo Indicativo.

A questão de se saber se o COND se trata de um tempo (do modo Indicativo) se de um modo à parte tem uma longa tradição. Na Revisão da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário de 2007, encontramos o ‘Condicional’ figurando como um modo, a par do Indicativo, Conjuntivo e Imperativo. Mas esta classificação não é absolutamente pacífica já que muitos autores (ver Oliveira, 2003a, acima referida) lhe reconhecem valor temporal de Futuro do Passado.

Se tomarmos em conta a informação veiculada pelo COND em exemplos como

(33) *par=ext450-clt-93b-2: De tarde, porém, tudo acabaria em frustração.*

(34) *par=ext525-nd-93b-1: A criação de um Conselho Nacional do Ambiente seria um passo decisivo para criar um fórum onde se cruzassem todas as forças que atravessam horizontalmente as questões de ambiente e desenvolvimento.*

podemos ver que as situações descritas pelo COND não são perspectivadas da mesma forma. Se em (33) o acontecimento linguístico «se verifica em todas as situações possíveis consideradas» (Marques, 2010: 557), no exemplo seguinte esta observação não poderá manter-se já que aí o acontecimento linguístico «não se verifica em todas [as situações possíveis consideradas]» (Ibidem). Esta é, para Marques (2010), uma diferença fundamental entre os modos Indicativo e Conjuntivo (baseada, aponte-se, numa semântica de mundos possíveis – ver, por exemplo, Portner (2009)). Poderá, pois, o COND encaixar-se numa classificação que distinga, por um lado, entre tempo e

modo e, por outro, que faça uma distinção entre modos baseada na perspetivação da possibilidade das situações visadas?⁵

O COND, sabemo-lo, é constituído pelos morfemas de Infinitivo e de Imperfeito. Talvez a sua composição morfológica fosse suficiente para enquadrá-lo entre os tempos do modo Indicativo, mas não é (cf. Abouda, 1997). E não o é porque, como também sabemos (ou pensamos saber), o Indicativo é, à partida, o Modo do real, do tido como verídico, (enquanto o Conjuntivo é tido como o modo do ‘irreal’) e o COND nem sempre veicula esse valor de ‘realidade’ (ou ‘realização’, se quisermos).

No entanto, considerando que é entre os tempos do Indicativo que encontramos, por exemplo, o Futuro, um tempo que também levanta muitas dúvidas em relação à classificação dos seus valores que, como os do COND, e como veremos no capítulo V desta dissertação, são muito variados, somos levados a pôr em causa uma tal classificação. Por outras palavras, é muito pouco linear aquilo que define um modo e, por extensão, que características fundamentais deverão ser identificadas para todos e cada um dos tempos que constituem cada um dos modos.

No que se refere à língua francesa, Merle (2001) considera que a questão de saber se o COND é um tempo ou um modo já não suscita grande debate entre os linguistas, uma vez que grande parte deles o inclui, muito devido à sua morfologia, entre os tempos do Indicativo (ver Abouda, 1997). Mas, sendo esse o caso, questiona-se o autor, então qual é a natureza do modo indicativo? Já para Maingueneau (1991b *apud* Merle, 2001), não é de todo inadmissível que o COND seja parte integrante de um modo assertivo como o Indicativo uma vez que aqui se encontram também o *Imparfait*, também com empregos modais. Mais, então, do que saber se o COND é um tempo ou um modo, importa, segundo Merle (2001), descobrir um invariante que dê conta de todos os valores que o COND veicula.

Por outro lado, segundo P. Le Goffic, «L’assertion est [...] le degré zéro de la modalité» (Le Goffic, 1993 *apud* Merle, 2001). Daqui a compatibilização dos usos modais do COND com o modo Indicativo e uma articulação hábil entre modo e

⁵ A hipótese de que “os modos verbais apontam para situações possíveis” é explorada em Marques (2010).

modalidade. Isto é, segundo este autor, o modo Indicativo não deixa, por ser o modo da asserção, de ser modal, é, apenas, o 'grau zero' da modalidade.

Para Abouda (1997), é hoje consensual que o COND se trata de um tempo e não de um modo. Também para este autor é necessário, para explicar claramente se o COND é um tempo ou um modo, precisar o que seja um tempo e o que seja um modo. Segundo Abouda (1997), esta definição ainda está por fazer. Com recurso a argumentos sintáticos, o autor mostra como, numa dada estrutura em que figura um tempo do Indicativo, aí também poderá usar-se o COND; nas estruturas em que figura o COND, este pode (na maioria dos casos) ser substituído por uma forma verbal do Indicativo, como mostram, a título apenas ilustrativo, os exemplos propostos por Abouda (1997):

(35) a *De janvier 1922 à août 1923 a vécu, au troisième étage de cet immeuble avec Hadley, son épouse, l'écrivain américain Ernest Hemingway.*

(36) b *De janvier 1922 à août 1923 aurait vécu, au troisième étage de cet immeuble avec Hadley, son épouse, l'écrivain américain Ernest Hemingway.*

(37) *Qui ferait cela est / serait un fou.*

É nesta identidade das estruturas sintáticas em que surge o Indicativo com aquelas em que surge o COND que Abouda (1997) funda a sua convicção de que o COND é um tempo do Indicativo, e não um modo.

Não sendo a descrição e explicação do que seja tempo e modo um assunto totalmente fechado, não poderemos decidir cabalmente se o COND é um tempo ou um modo.

Talvez, no entanto, essa não seja uma questão essencial. O que importa, porventura, será observar as configurações em que o COND surge (e, possivelmente, identificar padrões) e daí extrair significações variadas, sejam elas afetas a uma ou mais categorias.

Talvez mesmo a questão se deva pôr noutros termos. Por hipótese, o tentar compreender porque é que uma mesma forma linguística, o COND, veicula valores temporais e modais está intimamente ligado à questão de saber o que é tempo e o que é modalidade.

Sobre tempo e modalidade

Quando observamos o COND, somos levados a questionar-nos sobre a relação temporal / modal. Em enunciados como:

(38) *par=ext199-eco-93a-1: O que acontece é que, na altura em que foram feitas as estimativas das receitas no orçamento, era já sabido que o cenário internacional adiantado pelo Fundo Monetário Internacional poderia ser optimista.*

o COND comporta não só um significado temporal – o processo está situado em relação a um tempo de referência anterior ao momento de enunciação – como também um significado modal – a situação é vista como possível. Para dar conta de uma tal situação, é necessário tentar perceber como é que estas duas categorias interagem.

Gosselin (2008) rejeita totalmente uma dicotomia temporal/modal. Para este autor, não faz sentido falar de tempo sem falar de modalidade. «Dès lors, temporalité (temps et aspect) et modalité apparaissent comme deux dimensions essentielles de l'énoncé. Car tout procès se trouve situé, plus ou moins précisément, dans le temps, et présenté sous un certain aspect, et selon un certain mode de validation (modalité).» (Gosselin, 2008: 21). Segundo Gosselin (2008), a suposta dicotomia tempo/modalidade é baseada nos paradigmas de tempo gramatical, em que todos os modos são vistos como modais exceto o Indicativo, que é visto como podendo ser modal ou não modal. Mas para este autor toda a modalidade está situada num tempo determinado e é apresentada sob um determinado aspeto; também todo o tempo possui uma estrutura intrinsecamente modal. O problema que surge, então, uma vez abandonada a dicotomia tempo/modalidade, é o de saber como se articulam, como interagem, no enunciado, estas duas dimensões.

A categoria tempo exprime a localização temporal dos acontecimentos num eixo temporal concetualizado (cf. Comrie, 1985). A modalidade é a categoria através da qual os falantes exprimem o seu posicionamento em relação àquilo que é dito. Uma e outra coexistem e, o mais das vezes, para dor de cabeça e deleite dos linguistas, confundem-se. Por um lado, o significado extraível de uma dada forma linguística não é o mesmo em contextos diferentes. Por outro, a mesma forma linguística, num determinado contexto, parece poder ter múltiplas faces, isto é, veicular valores correspondentes a mais do que uma categoria. É por isso que uma linha delimitadora, demarcadora, entre as categorias parece não facilitar a descrição linguística. As categorias serão, antes, apenas indicadores e nunca conjuntos fechados. Assim, não será plausível pensar que uma dada forma veicula apenas valores temporais ou modais. Uma mesma forma linguística pode veicular valores afetos a mais do que uma categoria. É isto o que o COND parece mostrar. Como veremos no próximo capítulo, a gramaticalização, como «research framework within which to account for language phenomena [...] provides the conceptual context for a principled account of the [...] basic non-discreteness of categories» (Hopper & Traugott, 1993: 2).

Um afastamento no tempo pode significar uma tomada de posição diferente por parte do enunciador. O facto de se posicionar a situação num tempo que não é aquele em que enunciador e coenunciador se encontram, como acontece, por exemplo, no caso do COND de atenuação, pode significar uma não tão forte assunção dos conteúdos veiculados. É aqui que tempo e modalidade se interpenetram.

Ou, por hipótese, o que se passa é que existe apenas (ou primordialmente) a categoria modalidade e a forma de esta se manifestar na língua é precisamente modulando o tempo dos enunciados. É estabelecendo um ponto temporal diferente do agora, o ponto central a partir do qual se pode modificar o enunciado, que os falantes expressam modalidade. Ou seja, os falantes quereriam, sobretudo, deixar clara a sua posição quanto ao conteúdo dos enunciados e para isso manipulariam o tempo. Isto faria do tempo uma categoria quase subsidiária, isto é, o tempo seria

como que um ingrediente da modalidade. Mas esta é, claro, apenas uma hipótese e só um estudo mais aprofundado (que não cabe aqui desenvolver) poderia trazer à luz a sua validade.⁶

⁶ Para um tratamento do tempo como modalidade, ver Jaszczolt (2009).

CAPÍTULO III: ASPETOS DA DIACRONIA DO CONDICIONAL

O facto de o COND veicular valores tão variados está também relacionado com a sua história e evolução.

Para alguns autores, nomeadamente Brocardo (2016), o COND pode ser entendido como resultado de processos de gramaticalização. Sabe-se que surgiu a partir de uma construção perifrástica latina composta por INFINITIVO mais uma forma reduzida do Imperfeito de HABERE (ver Alkire e Rosen, 2010: 168). O contraponto, no presente, ou seja, com HABERE no Presente desta perífrase, deu origem ao Futuro. Não é, no entanto, consensual a origem destes Futuro do presente e do passado nas línguas românicas – os dois poderiam ter emergido independentemente um do outro ou um poderia ter servido como modelo para a emergência do outro.

Segundo a maioria dos autores (e.g. Merle (2001)), a perífrase latina que deu origem ao COND tinha, num primeiro tempo, um significado de ‘predestinação’. Só mais tarde, em latim vulgar, desenvolveu os valores temporal e modal que passou às línguas românicas.

Ora, em português, e para textos de diferentes géneros dos séculos XIII a XV, Brocardo (2016) identifica vários contextos em que o COND parecia ter já adquirido valores diferenciados. Para além do valor epistémico de ‘não certo’, muito precoce na língua portuguesa, a autora identifica o valor temporal, em orações completivas:

(39) *mais disse que el laurara éesse. erdamêto. per mādado do laurador. e que o semeara e que o pan que o tij’nha. na eyra éesse. erdamêto e que o mādaria ali~phar* [DPs séc. XIII] (Brocardo, 2016);

caso em que, assinala a autora, a substituição pelo Imperfeito parecia ser já possível. Identifica também o COND na apódose de construções condicionais (40) e noutros formatos sintáticos similares (41):

(40) *E pera totalas outras. cousas. e cada. hũa delas. fazer que uerdadeyro e lij’demo. procurador pode e deue fazer e que nos. fazer poderyamos se per nossas. pessoas. presentes. fossemos.* [DPs séc XIII] (Brocardo 2016)

(41) *Por que uos eu mǎdo e defẽdo como Meyrio del Rey que uos nũ pousedes. nẽ comades. nẽ demãdẽẽdes /?/ rẽ na dita eygreia. ẽ outra maneyra faria contra uos. como contra aqueles que britã defensa* [DPs séc. XIII] (Brocardo, 2016)

Brocardo (2016) identifica ainda o COND em construções com *poder*:

(42) *ca por estas palavras se acabã todos os feytos de Deus ẽ totalas maneyras que o home nũ poderia pẽssar nẽ dizer* [PP séc. XIV] (Brocardo, 2016)

O surgimento de uma determinada forma em contextos diversificados é, segundo a perspectiva da gramaticalização (ver Heine, 2002), um requisito necessário à evolução das formas e construções e ao surgimento de novos valores dessas mesmas formas e construções. Os contextos em que surge o COND identificados por Brocardo (2016) poderão ter funcionado como os ‘contextos ponte’ (“bridging contexts”) de Heine (2002), ou seja, poderão ter sido o veículo, senão mesmo os propulsores do aparecimento dos valores que veicula hoje o COND.

Poderemos, para tentar compreender a história do COND em português europeu, procurar pistas em estudos realizados para outras línguas românicas. Segundo os autores aqui abordados, a visão geral é a de que os valores temporal e modal do COND estavam já presentes no latim vulgar antes mesmo de se formarem as línguas românicas.

Num estudo dedicado a duas perífrases em italiano, Parkinson (2009) propõe que a perífrase latina que deu origem ao COND tinha, originariamente, sobretudo um valor temporal de futuridade no passado. Era usada no discurso indireto, apenas com valor de futuro do passado mas, mais tarde, em latim vulgar, passou a ser usada também em construções condicionais, substituindo, aí, o conjuntivo latino. Desta expansão das ocorrências do COND a construções condicionais poderá ter decorrido o desenvolvimento dos valores modais que hoje em dia lhe reconhecemos. Para Parkinson (2009), «the extension of the infinitive + HABERE periphrasis to conditional meaning from the ‘future in the past’ should not be regarded as surprising as» «[it] began as future in the past and as such was pressed into service to express conditional irrealis» (Parkinson, 2009: 39; Fleischman, 1982 *apud* Parkinson, 2009: 39).

Para Azzopardi (2013), os usos temporal e hipotético do COND existiram desde a sua génese, e também no castelhano medieval, tendo-se os outros usos

desenvolvido depois, ao longo do tempo. Recorrendo à gramaticalização para tentar analisar a evolução do COND em castelhano, Azzopardi (2013) postula, no entanto, que os usos modais do COND espanhol atual derivam do seu uso temporal. Para esta autora, o valor de futuro do passado é «el origen de los demás valores temporales, y sobre todo modales, que puede tener el condicional español actual» (Azzopardi, 2013: 337).⁷ A evolução do COND corresponde, então, na linha de Bybee, Perkins & Pagliuca (1994), a um processo de gramaticalização, em que uma mudança morfofonológica é acompanhada de uma mudança semântica, nomeadamente com verbos que denotam existência ou posse. O esquema apresentado pela autora é o seguinte:

posesión > obligación / intención / posibilidad > ulterioridad
valor lexical > modalidade deóntica > modalidade epistémica > tiempo
(Azzopardi, 2013: 340)

A forma sintética surgida no século IX em algumas línguas românicas «sigue el esquema prototípico de los procesos de gramaticalización de verbos de existencia o de posesión» (Idem, 340).

Azzopardi (2013) propõe, então, seis valores para o COND espanhol contemporâneo, dois temporais: ulterioridade subjetiva no passado e histórico (ulterioridade objetiva no passado); e quatro modais: hipotético, de atenuação, conjetural e citativo. A autora identifica o surgimento do uso de atenuação no castelhano do século XIII. Este uso surge a partir do uso hipotético e é-lhe muito próximo, já que os usos de atenuação, segundo a autora, parecem veicular, nas suas primeiras atestações, uma ‘noção epistémica de hipótese’. O uso conjetural surge no século XVI e «conlleva a la vez un valor epistémico y un valor mediativo» (Idem, 342). Este uso parece ter origem no uso hipotético, pela proximidade semântica de valores. O uso citativo que, como o conjetural, também veicula dois tipos de valores modais, um valor evidencial e um valor epistémico, surge no século XVIII e segundo a autora deriva também do uso temporal de ulterioridade no passado na medida em que é feita referência a um enunciador que se encontra em um momento temporalmente distinto do enunciador principal. O uso histórico foi aquele que mais tarde se desenvolveu e difere do uso de ulterioridade no passado apenas pelo facto de o acontecimento se situar necessariamente no passado e de o enunciador estar certo de que o

⁷ Para uma perspetiva semelhante, ver também Bres, Azzopardi e Sarrazin (2012).

acontecimento teve lugar. Segundo Azzopardi (2013), é muito difícil distinguir os dois usos temporais do COND, o contexto sendo o grande desambiguador.

Postulando, pois, que a forma do COND surgiu por um processo de gramaticalização, resta saber se a emergência dos quatro valores referidos acima faz também parte desse processo. A favor desta hipótese, a autora aponta não só o facto de esses usos terem sido impulsionados por contextos transacionais, como acontece normalmente num processo de gramaticalização, mas também o facto de os seus valores epistémico e evidencial serem resultado de um processo de generalização, típico também da gramaticalização. Por outro lado, se a forma morfofonológica atingiu o seu término, e se a evolução não se processou sempre no sentido de uma maior abstratização, podemos também pensar que a emergência destes valores não faz parte de um processo de gramaticalização do COND mas se deve a outros fatores, ou, deve ser explicada de outra forma que não recorrendo à gramaticalização.

Outro estudo diacrónico sobre o COND é o de Patard e De Mulder (2012). Aí é traçada a história do COND francês recorrendo a textos que cobrem toda a história daquela língua. Os autores assumem, com Dendale (2001), que o COND francês contemporâneo compreende quatro usos fundamentais: o uso de futuro do pretérito, o uso de eventualidade, o uso de atenuação e o uso evidencial. Os três primeiros usos foram identificados pelos autores em textos do francês antigo, tendo o uso temporal de futuro no passado e o uso modal de eventualidade vindo já do latim, enquanto que o uso evidencial, que corresponde a um uso de «*reprise à autrui*» (Patard & De Mulder, 2012: 31), apenas surge mais tarde na língua, por volta do século XVI. Os autores identificam ainda o surgimento, no francês médio, de um outro tipo de uso evidencial, que se pode caracterizar por ‘conjetural’. Neste uso, o enunciador deduz, por inferência, uma situação hipotética a partir de indícios. Note-se que os autores apontam origens diferentes para estes dois tipos de uso evidencial. O uso evidencial de ‘*reprise à autrui*’ teria surgido do uso de futuro no passado, um uso que também permite que o conteúdo expresso na proposição seja atribuído a outro enunciador. O uso evidencial de conjetura terá surgido do uso de eventualidade, uma vez que ambos permitem «*une nuance de moindre certitude*» (Patard & De Mulder, 2012: 33).

Patard & De Mulder (2012) enfatizam também a importância dos ‘contextos ponte’ (“bridging contexts”) (cf. Heine, 2002), contextos híbridos em que mais do que

uma leitura é permitida, como potenciadores do surgimento de novos significados do COND francês.

Numa linha um pouco diferente dos estudos acima apresentados, Patard (2017) postula uma origem diferente para os vários usos do COND francês. Segundo esta autora, seguindo Bourova & Tasmovski (2007), a perífrase INF + *habere* teria, originalmente, e como vimos acima, um valor de ‘predestinação’: «celle-ci exprime principalement la necessite *aléthique* «lato sensu»: il s’agit d’une necessite d’«être», valable pour l’ensemble des mondes possibles d’un univers modal» (Patard, 2017: 114). No seu estudo, Patard (2017) identifica uma dupla origem etimológica para o COND: a perífrase seria empregue com o significado de predestinação, em que a situação deverá necessariamente acontecer, mas também em frases condicionais com *Se*, reforçando a relação entre antecedente e conseqüente. Destes dois empregos fundamentais, terá resultado uma dupla face do COND. O emprego de predestinação terá dado lugar ao que Patard (2017) identifica como o uso “COND-UltPa”, ou seja, o seu uso temporal. O emprego nas frases condicionais terá dado origem ao “COND-Even”, isto é, o uso modal. Quanto ao uso a que Patard (2017) apelida “COND-Empr” que corresponde, em traços largos, ao uso evidencial, e que constitui, com os dois anteriores, e segundo Patard (2017), o conjunto dos usos fundamentais do COND no francês contemporâneo, esse terá surgido mais tarde, no séc. XVI, a partir do uso temporal. Com esta abordagem polissémica, Patard (2017) crê resolver os aparentes conflitos inerentes às predominantes concepções monossémicas do COND.

Os estudos de Azzopardi (2013) para o espanhol e de Patard & De Mulder (2012) e Patard (2017) para o francês surgem como muito úteis na medida em que poderemos postular, para o português e a partir do estudo de Brocardo (2016), um percurso (incompleto, ainda, é certo) para o COND em português.

Temos, pois, dois valores do COND que a maioria dos autores apontam como estando presentes no latim vulgar: o valor temporal de futuro do pretérito e o valor modal em orações condicionais. Esses valores foram herdados pelas línguas românicas. Os restantes valores do COND foram surgindo no tempo em cada uma dessas línguas.

O valor epistémico de ‘não certo’, presente já no português antigo, parece ser a aquisição mais precoce nesta língua, surgindo já em textos do século XIII. Este tipo de funcionamento, «em que o enunciador marca a sua não totalmente assumida

validação da situação expressa» (Brocardo, 2016: 39), poderá ter estado na origem do uso evidencial, já que este último se caracteriza também, segundo os autores (e.g. Cunha (2018)), por uma não completa assunção por parte do enunciador quanto àquilo que é asserido. Este uso evidencial, não identificado por Brocardo (2016) nos textos dos séculos XIII a XV, deverá ter surgido um pouco mais tarde na língua portuguesa e poderá, como aqui postulamos, ter tido como origem o uso epistémico de ‘não certeza’, dada a proximidade de significados.

O valor de atenuação ou ‘de delicadeza’ também não consta nos textos estudados por Brocardo (2016), entendendo-se que surgiu, como o evidencial, mais tarde na língua. Resta-nos, então, postular que este uso de atenuação terá, possivelmente, tido a sua origem num dos dois valores herdados do latim – o valor de futuro do passado ou o valor modal nas condicionais.

O ‘modelo de sobreposição’ (“overlap model”) de Heine (1993) pode porventura ajudar-nos a explicar o surgimento e evolução dos valores do COND. Este modelo diz-nos que a passagem de uma forma ou construção de um estado A a um estado B não é linear. Faz-se antes por um processo de sobreposição (é por isso que Heine fala em “chains” – ‘correntes’ – of grammaticalization), em que dois estádios de evolução de uma mesma forma podem coexistir numa mesma sincronia. Segundo Aaron (2006), e de acordo com uma perspectiva funcionalista, «[...] it is no longer simply a question of whether a lexical item is an example of A or B, but rather of how prototypical a representation is it of A or B; it may even be a peripheral member of *both* A and B [...]» (Aaron, 2006: 18). Outros estudos, contemplando inclusivamente outras sincronias da língua portuguesa, poderiam contribuir para atestar a presença – e copresença – e evolução dos diversos contextos e respetivos valores do COND em português e verificar se o ‘modelo de sobreposição’ de Heine (1993)⁸ se aplica.

A evidência diacrónica, ou seja, a coexistência de significados temporal e modal do COND, parece, novamente, indicar que não há categorias estáveis e estanques. Isto é, parece haver antes como que um continuum. Uma dada forma linguística pode muito bem veicular valores associados a mais do que uma categoria. É isto mesmo o que diz Mellet (1989) a propósito do futuro sintético em espanhol e das categorias

⁸ A este propósito, ver também Heine (2002).

tempo e modalidade: «Le futur prouve à l'évidence qu'il faut établir un *continuum* entre ces deux catégories grammaticales: on ne peut pas se contenter d'opposer deux à deux les différentes formes d'un tableau d'oppositions binaires» (Mellet, 1989 *apud* Aaron, 2006:13).

Somos, mais uma vez, levados a recolocar em cima da mesa deste trabalho toda a problemática associada ao COND. De que forma e por que razão pode uma mesma forma linguística veicular valores que correspondem a categorias diferentes; qual é a relação entre tempo e modalidade; qual é o estatuto de uma categoria.

CAPÍTULO IV: O CONDICIONAL E O IMPERFEITO

A relação estreita entre o COND e o Imperfeito do Indicativo é sobejamente conhecida e antiga. Brocardo (2016), no seu estudo diacrónico sobre o COND, aponta já, para finais do século XIV, uma aparente possibilidade (em contexto muito específico) de intersubstituição entre um e outro, em exemplos como:

(43) *O priol foi desto muy coitado polo que el dissera a el Rey dõ afomso que por a bem auenturada sãta uera cruz auia uẽcer primeiro* [LLC finais do séc. XIV] (Brocardo, 2016).

Segundo esta mesma autora, e no seu uso contemporâneo, o COND comuta com o Imperfeito, com exceção dos casos em que aquele tem um valor de ‘não certo’, como mostram os exemplos (44) e (45):

(44) *Nessa altura, ele teria onze anos*

(45) *Nessa altura, ele tinha onze anos.*

Note-se que, quando há quantificação do complemento, o contraste verificado entre os dois exemplos acima parece esbater-se:

(46)a *Nessa altura, ele teria uns onze anos*

(46)b *Nessa altura, ele tinha uns onze anos.*

Também Sousa (2007) defende que a comutabilidade do COND pelo Imperfeito se verifica desde há muito na história do português e que uma cabal mudança linguística, no sentido de o Imperfeito suplantar completamente o COND, apenas se não deu ainda pelo facto de esta substituição não ser bem vista pelas gramáticas normativas.

Segundo Cunha & Cintra (2002: 462), o COND é comutável com o Imperfeito do Indicativo nas orações condicionais. Exemplos (dos autores) como:

(47) *Sem a sua interferência, eu estaria perdido.*

(48) *Sem a sua interferência, eu estava perdido.*

mostram como o uso do Imperfeito do Indicativo tem o efeito de tornar a consequência, expressa na condicional, como inevitável.

Como vimos no Capítulo I desta dissertação, em Oliveira & Duarte (2012) explora-se a relação do COND com o Imperfeito. As autoras mostram-nos que a substituição do COND pelo Imperfeito é possível tanto nos empregos temporais do COND como nos seus empregos modais. Os exemplos usados pelas autoras:

(49) [...] *Pediu desculpa e até prometeu que pagava o tempo e a gasolina.*

(50) *Mas há uns anos, troquei as aulas formais por acções junto dos alunos, [...]. E agora, gostava de só escrever.*

mostram como o emprego do Imperfeito é possível em contextos em que seria de esperar encontrarmos o COND.

Uma possível explicação para que tal comutação “três naturelle” seja possível é, segundo as autoras, o facto de o COND e o Imperfeito serem portadores de características comuns. Os dois podem ser empregues em contextos modais ou temporais. O Imperfeito, como o COND, pode veicular um valor de ‘ulterioridade no passado’. O Imperfeito, como o COND, pode encontrar-se na apódose de frases condicionais com o valor de contrafactualidade. Embora COND e Imperfeito sejam, na grande maioria dos casos, intersubstituíveis, o COND, contudo, tem como efeito o de «reforçar uma informação modal» (Oliveira & Duarte, 2012: 60).

CAPÍTULO V: O CONDICIONAL E O FUTURO

Como se viu anteriormente, tanto o COND como o Futuro do Indicativo podem ter leituras temporal e modal. Ambos podem veicular um valor de posterioridade, ambos podem veicular uma leitura epistémica.

O Futuro, tal como o COND, veicula umas vezes valor temporal, como em (51):

(51) *par=ext1544007-eco-92a-2: Apesar da «má notícia», Bent Pedersen, director-geral do Unibank A / S, um dos maiores da Dinamarca, defende que «uma economia forte como a Dinamarquesa não será seriamente afectada pelo resultado do voto».*

outras vezes valor modal, como em (52):

(52) *par=ext1171814-clt-soc-91b-1: Uma diferença potencial entre politécnicos e universidades poderá ser a investigação aplicada e a investigação fundamental».*

H Yvon (1946 *apud* Merle, 2001) defendeu até que Futuro e COND comporiam um modo à parte, o modo ‘suposicional’ (“suppositif”), pelo facto de os dois exprimirem o ‘virtual’.

Por seu lado, Jensen (2002), num estudo sobre o COND e o Futuro no sistema verbal espanhol moderno, afirma que «El futuro y el condicional instruyen de algo no realizado, y eso puede ser un argumento semântico a favor de considerarlos no como tempos sino como un modo independiente y particular» (Jensen, 2002: 119). Em exemplos (do autor) como

(53) *Pedro llegará dentro de cinco minutos*

ou

(54) *Dijo la semana pasada que vendría ayer,*

o autor mostra como as orações que contêm Futuro ou COND não poderão, como no caso do presente ou do passado, obter um valor de verdade ou falsidade, uma vez que a situação ainda não teve lugar. Nos casos, como em (55) (do autor):

(55) *Dijo la semana pasada que vendría mañana*

em que o COND indica uma ação que será posterior ao momento da enunciação, o COND parece-se com o Futuro na medida em que não há (ainda) como saber se o acontecimento é verdadeiro ou não. Também, e ainda segundo Jensen (2002), quando o COND não está em relação com um verbo no passado, como no caso das completivas, a situação «tiene que ser posterior, y si no hay una referencia en el pasado, el punto de referencia es necesariamente el momento de la enunciación» (Jensen, 2002: 124). Também aqui, diremos nós, o COND se assemelha ao Futuro na medida em que este, no seu funcionamento temporal, tem como ponto de referência o momento da enunciação.

O Futuro e o COND podem ainda ser marcadores de mediativo (a que aqui daremos o nome ‘evidencialidade’). É isto que nos mostra T. Oliveira na sua tese de doutoramento. Segundo esta autora, «as formas verbais de futuro e condicional são, em particular no discurso jornalístico, marcadores de mediativo, podendo codificar factos relatados e factos inferidos. [...] Este uso do futuro e do condicional é possibilitado pelas suas propriedades básicas, não se afastando radicalmente dos outros tipos de ocorrências que permitem» (T. Oliveira, 2013: 61).

Segundo esta autora, no discurso jornalístico, o Futuro e o COND são selecionados conforme a localização temporal do acontecimento, o Futuro localizando a situação relativamente ao momento da enunciação e o COND localizando a situação relativamente a um outro ponto temporal, anterior ao momento da enunciação. Desta forma, o COND «ganha uma modalização epistémica que lhe confere um grau de incerteza, o que não sucede com o futuro» (Idem, 95).

Para ilustração deste valor, a autora recorre a vários exemplos, dos quais aqui apresentamos os seguintes:

(56) *Disseram-me que o grupo se teria organizado na festa...*

(57) *Ontem ele teria ido ao cinema quando tu chegaste.*

(58) *Falei com dois estudantes que já teriam estado no Brasil.*

Os três enunciados acima, com o COND composto (retirados de F. Oliveira (2003a)), ilustram, segundo T. Oliveira (2013), no caso de (56), um exemplo de factos relatados,

no caso de (57), um exemplo de inferência e, no caso de (58), um exemplo em que ambas as leituras são possíveis.

Também segundo Squartini (2001), tanto o COND como o Futuro podem funcionar como marcador evidencial. Podem sê-lo de uma inferência ou de uma informação reportada. Vejamos alguns exemplos (retirados de Squartini (2001)):

(59) *Seriam umas seis horas, mas a noite era evidente* (António Botto, Isto sucedeu assim, 1940)

Em (59), o COND está a funcionar, segundo o autor, como marcador de uma inferência no passado, sendo o marcador dessa inferência no presente o Futuro (60):

(60) *Que horas serão?* (Aquilino Ribeiro, Lápides partidas, 1945).

Em (61), o COND ocorre como marcador de uma informação reportada, o que, segundo o autor, pode ocorrer em romances bem como no discurso jornalístico contemporâneo (62):

(61) *Segundo certas vozes, teu pai teria reunido a esta altura um bom pecúlio* (Aquilino Ribeiro, Uma luz ao longe, 1948)

(62) *Ao mesmo tempo desmentiu informações da imprensa segundo as quais os EUA estariam a treinar militarmente grupos de opositores a Saddam* (Diário de Notícias 1.2.1999: 14)

Nos casos em que o COND marca uma informação reportada, este pode comutar com o Futuro, mas, segundo Mourin (1959), «the reportive Future [...] requires a greater degree of the speaker's commitment on the factuality of the situation with respect to the Conditional» (Squartini (2001: 320) segundo Mourin (1959)). Squartini (2001) nota ainda que a distribuição do COND e do Futuro como marcadores de inferência e de informação reportada não é linear nas línguas românicas, o português sendo a única língua em que um e outro se prestam a esses dois usos. Por isto, o autor conclui que o COND e o Futuro do português neutralizam a diferença entre informação reportada e inferência, expressando ambos a noção mais lata de informação indireta.

Em Marques (2013), o Futuro e o COND constituem o tema de um subcapítulo do capítulo 'Modo', o que é sintomático da tendência de dar a estas duas formas um tratamento conjunto, tão significativas são as suas semelhanças. Segundo este autor, no que toca a valores modais, o Futuro e o COND «estão associados à expressão de valores de crença, sendo que as frases em que ocorrem não são dadas pelo enunciador como seguramente verdadeiras, antes indicando algum afastamento do enunciador em relação à aceitação da sua verdade» (Marques, 2013: 685). No entanto, enquanto que com o Futuro, o valor modal se caracteriza por uma incerteza por parte do falante em relação àquilo que é asserido, com o COND, o falante não assume a veracidade ou não dos factos relatados.

O Futuro e o COND partilham ainda a possibilidade, de que se faz uso cada vez mais frequentemente, de serem substituídos por outras formas do Indicativo. No caso do Futuro, e quando este expressa um valor temporal, a comutação faz-se com o Presente (63). Nos casos em que o Futuro tem um valor modal, a substituição pelo Presente corresponde a uma perda de modalidade (64). Quanto ao COND, a sua comutação por tempos do Indicativo, nomeadamente o Imperfeito, é possível tanto em contextos temporais (65) como modais (66):

(63) a *Chegarei tarde*

b *Chego tarde*

(64) a *A Maria estará neste momento a chegar a Paris*

b *A Maria está neste momento a chegar a Paris*

(65) a *O João disse que chegaria tarde*

b *O João disse que chegava tarde*

(66) a *Se ele chegasse cedo, veria o filme do início*

b *Se ele chegasse cedo, via o filme do início*

CAPÍTULO VI: USOS E VALORES DO CONDICIONAL

Neste capítulo, exploramos os usos e valores do COND que consideramos serem os mais significativos, com especial incidência no português europeu.

Valor temporal

No seu uso temporal, o COND tem um valor de ‘futuro do passado’. A situação descrita pelo verbo no COND ancora-se num tempo de referência anterior ao momento de enunciação e representa um valor de futuridade em relação a esse tempo de referência. O tempo de referência passado é normalmente construído por uma outra predicação presente nos enunciados com COND. As configurações em que encontramos este valor não variam muito. Trata-se de contextos de orações completivas de verbo e de construções em que há uma sequência de tempos.

(67) *O João disse que traria o bolo*

(68) *O João saiu de casa às 15h. Voltaria cinco minutos mais tarde.*

No exemplo (67), a ação ‘trazer o bolo’ é posterior à ação de ‘dizer’, seu ponto de referência, que, por sua vez, se situa num momento anterior ao momento de enunciação. No exemplo (68), a ação de ‘voltar’ é posterior à ação ‘sair de casa’, que funciona também como seu ponto de referência e é, também, anterior ao momento de enunciação. O COND temporal apresenta-se, assim, como um tempo anafórico «já que a sua significação temporal nunca pode ser computada de forma direta, tomando exclusivamente por base o tempo de enunciação» (Cunha, 2018:11).

O COND composto, no seu uso temporal, tem um comportamento diferente do COND simples. Representa anterioridade (e não posterioridade) em relação a um tempo de referência anterior ao momento de enunciação.

(69) *O escritor afirmou que teria escrito o livro em dois dias*

No exemplo (69), a ação ‘ter escrito o livro em dois dias’ apresenta-se como anterior à ação de ‘afirmar’, que lhe serve de tempo de referência. Note-se o efeito de espelho

(ou seja, o de posterioridade e não anterioridade no passado) que produziria, neste mesmo contexto, o COND simples:

(70) *O escritor afirmou que escreveria o livro em dois dias*

Não se encontrando numa situação de dependência com o tempo de enunciação, o COND estabelece com ele uma relação livre, podendo a situação descrita pelo COND estabelecer uma relação de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade com esse mesmo tempo, como ilustra o exemplo seguinte:

(71) *O João disse que escreveria o relatório ontem / hoje / amanhã*

Segundo Vatrican (2014), o uso temporal do COND distingue-se dos restantes usos pelo facto de admitir a substituição pela construção *ir* IMP + V INF, enquanto o COND de cortesia, por exemplo, não admite essa substituição (exemplos traduzidos de Vatrican (2014)):

(72) a) *Ontem, o João disse que chegaria hoje às 2:00*

b) = *Ontem, o João disse que ia chegar hoje às 2:00*

(73) a) *Deverias estudar mais*

b) **Ias dever estudar mais*

Haillet (2002) faz ainda a distinção entre representação subjetiva e objetiva dos processos no COND temporal. No primeiro caso, que corresponde aos enunciados do discurso indireto, a informação advém das palavras de outro enunciador; no segundo caso, é o próprio enunciador que assume a veiculação da informação. Vimos que, em português, o COND temporal subjetivo (ex. 72) se deixa comutar com *ir* IMP + V INF. Já o COND temporal objetivo, e segundo T. Oliveira (2013), não admite essa comutação mas é antes substituível por *haver de* IMP + V INF (exemplo da autora):

(74) a) *Foi detido e enviado para o exílio, de onde só voltaria após a revolução.*

b) **ia voltar / havia de voltar*

O exemplo (74) é um exemplo do uso ‘histórico’ do COND. A situação, tida como verídica, é vista como sendo posterior a uma outra predicação presente no enunciado, predicação essa que se apresenta num passado em relação ao momento da fala.

Valores modais

Para além do seu valor de ‘futuro do passado’, valor temporal, o COND veicula um conjunto de valores modais. Conforme o contexto em que o encontramos, o COND pode adquirir, em português, essencialmente, os seguintes valores modais: o valor de atenuação, em pedidos ou solicitações; o valor epistémico de ‘incerteza’, em estruturas normalmente quantificadas; o valor evidencial, presente no discurso jornalístico; o valor de hipótese ou de contrafactualidade, em orações condicionais.

Valor de atenuação

O valor de atenuação, também dito ‘de cortesia’ (cf., por exemplo, Vatrican (2014)) obtém-se em contextos em que é feito um pedido ou uma solicitação. Segundo Fernandes (2010), o COND é «provavelmente o tempo verbal que denota uma maior cortesia entre os interactantes e que mostra que estes estão mais afastados social e discursivamente» (Fernandes, 2010: 7). Por meio do COND, o enunciador “atenua” a força ilocutória do seu enunciado, tornando-o mais apelativo aos ouvidos do seu interlocutor:

(75) *Gostaria que viesse comigo*

Este uso parece, porém, ocorrer apenas com fortes restrições. Nem todas as tipologias de verbos, ainda que num contexto semelhante, parecem funcionar no COND. É o caso de, por exemplo, *querer*, muito usado em pedidos e solicitações mas que não admite, em PE, uma flexão no COND:

(76) **Queria um café e um bolo*

Com este mesmo verbo, o efeito de atenuação é obtido através do uso do Imperfeito que, de resto, pode comutar com o COND em todos os contextos atenuativos:

(77) *Quería um café e um bolo*

Vatrican (2014) distingue, para a língua espanhola, o COND ‘de cortesia’ do COND ‘de mitigação’. A diferença entre ambos é que o COND de cortesia se centra, sobretudo, no interlocutor, procurando despertar uma reação, enquanto que o COND de mitigação se centra no próprio enunciador e tem como função diminuir a força ilocutória de uma asserção. Os exemplos são de Cunha (2018):

(78) *Eu gostaria de uma bebida fresca (=Por favor, dê-me uma bebida fresca)*

(79) *Eu diria que vamos ter um problema grave (forma mitigada equivalente a Eu digo que vamos ter um problema grave)*⁹

Como vimos no capítulo I desta dissertação, Abouda (2001) subsume o valor atenuativo (bem como o jornalístico e o polémico, para o francês), sob a classificação: “conditionnel de la non-prise en charge”. Segundo o autor, estes três usos têm em comum o facto de o enunciador não tomar como verdadeira a informação que veicula.

Ainda para Vatrican (2014), o emprego de atenuação do COND agrupa-se com outro tipo de emprego modal, a que o autor chama “no factual” (e que aqui chamamos ‘hipotético’). Segundo este autor, nos enunciados em que figura o COND de atenuação, é sempre possível, quando esta não está presente, postular a existência de uma prótase, tomando esses enunciados a forma canónica de uma construção condicional: *Se p -> q*. Os exemplos do autor, facilmente transponíveis para PE:

(80) *De buena gana me tomaría un café (se pudiese)*

(81) *De qué color es este jersey? – Yo diría que es azul (si me lo preguntaras)*

mostram como, ao postular um antecedente para estes enunciados, a situação é movida, tal como no COND hipotético, para um “mundo possível”. O enunciado obtém assim duas leituras possíveis: uma a que o autor chama ‘semântica’ ou ‘literal’ e que

⁹ Sobre este exemplo, ver o que se disse no capítulo I acerca de cada enunciado se constituir como um ato ilocutório – “eu digo”.

situa a ação num mundo possível, outra ‘pragmática’ ou ‘inferencial’, ancorada no presente e que corresponde, no exemplo (80), a um pedido.

No entanto, nem todos os autores estão de acordo quanto ao estatuto do COND ‘de atenuação’. Patard (2017), por exemplo, assume a posição de que não existe verdadeiramente um tal COND mas apenas um “*effet de sens*” derivado do COND evidencial (ver Patard (2017)).

Valor epistémico

Um outro uso do COND, de alguma forma ligado ao uso de atenuação, é o uso a que aqui chamaremos de epistémico. Voltemos ao exemplo (79):

(79) *Eu diria que vamos ter um problema grave (forma mitigada equivalente a Eu digo que vamos ter um problema grave)*

Em (79), que podemos considerar um exemplo charneira, para além de mitigar a força ilocutória da asserção, o COND indica também que o enunciador não toma por absolutamente certa a informação que transmite. A expressão *eu diria*, que pode também surgir noutro contexto, funcionando quase como um marcador discursivo:

(82) *par=ext401079-nd-94b-2: Em terceiro lugar, ao aproximarem-se da sua pátria de origem étnica, estes russos vão ser um elo precioso de modernização, eu diria, de assimilação pela grande nação russa (...),*

atua sobre uma determinada predicação obtendo-se o efeito de uma não total assunção por parte do enunciador face àquilo que é dito. Mas o valor epistémico de ‘incerteza’ é tipicamente obtido em contextos em que encontramos uma quantificação:

(83) *Na altura, ele teria vinte anos*

(84) *Seriam uns duzentos estudantes ao todo*

Nos exemplos (83) e (84), veicula-se uma ideia de possibilidade (é possível que ele tivesse vinte anos; é possível que fossem duzentos estudantes). Segundo Cunha (2018), neste uso a que o autor, com Vatrican (2014), chama “de conjectura”, o COND

funciona, precisamente, como «uma espécie de operador epistêmico de possibilidade» (Cunha, 2018: 15). O exemplo seguinte, de Cunha (2018), mostra, segundo o autor, como uma dada ocorrência pode ser perspectivada como uma possibilidade, uma hipótese ou mesmo uma probabilidade, conforme os conhecimentos do enunciador:

(85) *A Maria faltou às aulas porque estaria doente*

Segundo F. Oliveira (2013), o valor epistêmico de incerteza ou “probabilidade não confirmada” obtém-se com verbos durativos como *estar*, *ter* ou *trabalhar*. Também segundo Cunha (2018), este uso do COND se encontra sujeito a fortes restrições, apenas ocorrendo com verbos estativos. Segundo ainda Cunha (2018), a leitura de possibilidade epistêmica para os eventos obtém-se através do COND composto, como em (86):

(86) *O João teria posto o livro na mala.*

Este uso epistêmico do COND está, segundo Vatrican (2014), intimamente relacionado com um outro uso do COND, o “de rumor” (a que aqui chamamos evidencial). Segundo o autor, nestes dois usos do COND, o morfema *-ria* funciona como um operador epistêmico de hipótese, deslocando a situação para um mundo possível sem, no entanto, configurar uma qualquer condição. O COND epistêmico pode, o mais das vezes, ser substituído pela expressão ‘*provavelmente* + IMP’. O COND epistêmico funciona, então, segundo Vatrican (2014), como operador modal sobre uma predicação no IMP (ou no PP), como mostra o exemplo do autor:

(87)a *Juan tendría entonces unos 40 años*

b *Juan entonces tenía probablemente unos 40 años*

Valor evidencial

Próximo do valor epistêmico do COND está o seu valor evidencial. Para dar conta deste valor particular do COND, será primeiro necessário debruçarmo-nos um pouco sobre a categoria ‘evidencialidade’ dando conta dos seus aspetos mais relevantes.

A evidencialidade é a categoria que codifica as fontes de informação em que o enunciador se baseia para proferir um enunciado. Cerca de um quarto das línguas do mundo, sobretudo as línguas ameríndias, mas também, por exemplo, algumas línguas tibeto-birmanesas, codificam esta categoria por meio da sua morfologia. Nestas línguas, a evidencialidade está gramaticalizada e forma um sistema fechado. As línguas que não codificam a evidencialidade morfologicamente, fazem-no através de outros recursos, lexicais, sobretudo, mas também oracionais.

O português europeu encontra-se entre as línguas do mundo que não codificam a evidencialidade morfologicamente, mas é certo que o faz através do uso de expressões lexicais, nomeadamente de advérbios de modo como *alegadamente* ou *supostamente*, bem como outras expressões, como *parece que*, e, através de alguns tempos gramaticais – por exemplo, o COND.

No entanto, o estatuto da evidencialidade como categoria de pleno direito não é pacífico. Desde logo, a simples designação ‘evidencialidade’ e o seu lugar entre as outras categorias é motivo de debate entre alguns autores.

Para Aikhenvald (2007), «Evidentiality is a category in its own right, and not a subtype of modality, tense, or mood.» (Aikhenvald, 2007: 211). Segundo esta autora (Aikhenvald, 2004), são variados os sistemas evidenciais nas línguas em que esta é obrigatoriamente codificada: a informação pode ter sido adquirida pelo próprio enunciador, por meio visual, auditivo ou mesmo olfativo; pode ter sido adquirida por inferência; ou pode ter sido recebida de uma outra pessoa. Conforme cada uma destas situações, as línguas que codificam necessariamente a evidencialidade, têm sistemas mais ou menos complexos, podendo ir de um sistema com apenas duas opções, em que é apenas codificada a informação obtida pelo próprio enunciador e, por outro lado, a informação obtida de outrem, até sistemas complexos, como o do Tariana (uma língua Arawak falada no noroeste da Amazónia), de que abaixo reproduzimos exemplos, com cinco marcadores diferentes, conforme a informação é obtida pelo próprio enunciador através da visão (88a), através da audição (88b), através de uma inferência (88c), através de uma assunção (88d), ou através de informação reportada por outra pessoa (88e):

- (88)a Juse irida di-manika-**ka**
O José jogou futebol. (Eu vi.)
- b Juse irida di-manika-**mahka**
O José jogou futebol. (Eu ouvi.)
- c Juse irida di-manika-**nihka**
O José jogou futebol. (Infiro por evidência visual.)
- d Juse irida di-manika-**sika**
O José jogou futebol. (Assumo por conhecimento geral.)
- e Juse irida di-manika-**pidaka**
O José jogou futebol. (Disseram-me.)

Mas nem todos os autores concebem a evidencialidade como uma categoria por si só. Para Palmer (2001), por exemplo, a evidencialidade está integrada no sistema modal da língua, ou seja, é um subsistema da modalidade. Segundo este autor, «Although there are formal systems with multiple terms that are primarily evidential, there are basically only two types of purely evidential categories, Reported and Sensory» (Palmer, 2001: 35), e dá o exemplo do Tuyuka, uma língua falada no Brasil e na Colômbia. Embora esta língua possua cinco marcadores evidenciais, estes podem ser englobados nas duas categorias principais referidas por Palmer (2001).

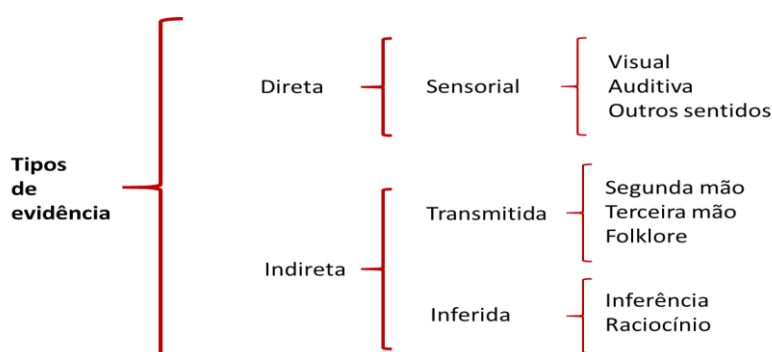
Num estudo de 2001, T. Oliveira utiliza a designação “mediativo” para algo semelhante ao que temos vindo a chamar ‘evidencialidade’. Segundo esta autora, o mediativo é «a categoria gramatical que indica que o enunciador faz referência a situações (estáticas ou dinâmicas) das quais ele não assume a responsabilidade, por ter tido conhecimento delas por via indireta, o que lhe permite manifestar diversos graus de distância em relação ao conteúdo da sua própria mensagem, e permite ao co-enunciador pôr em questão, refutar o conteúdo da mensagem» (tradução da autora de Guentchéva, 1996: 11).

Por esta definição, encontrada em Guentchéva (1996), que também apelida “mediativo” ao que aqui chamamos evidencialidade, se pode inferir que a evidencialidade está intimamente ligada à modalidade epistémica. De facto, «references to sources of information have been linked closely to attitudes about the epistemic status of information, the linguistic markers encoding these two semantic

domains are often the same » (Dendale & Tasmovsky, 2001: 340), sendo, em alguns casos, muito difícil de destringir entre estas duas categorias num enunciado.

A relação entre evidencialidade e modalidade epistémica é há muito debatida. Segundo Dendale & Tasmovsky (2001), os autores assumem um dos três seguintes posicionamentos: alguns, como Hardman (1986), assumem que evidencialidade e modalidade epistémica são duas noções que não se intercetam, tomando a evidencialidade num sentido mais restrito; outros autores defendem que as duas noções se incluem – num caso, e para Matlock (1989), a evidencialidade engloba a modalidade epistémica; noutro caso, a evidencialidade faz parte da modalidade epistémica, como para Willett (1988) e, como vimos, Palmer (2001); outros autores assumem ainda que evidencialidade e modalidade epistémica se intersetam parcialmente, como é o caso de Van der Auwera & Plungian (1997). A variedade de posições em relação a esta problemática deve-se, sobretudo, ao facto de «in the evidential systems of many languages, the forms marking the source of information also mark the speaker’s attitude towards the reliability of that information» (Dendale & Tasmovsky, 2001: 342-343).

Segundo Squartini (2001), dos três principais modelos propostos para descrever o sistema evidencial das línguas (Willett (1988), Frawley (1992) e Anderson (1986)), o esquema de Willett (1988) (que abaixo replicamos segundo a versão de Bermúdez (2016)) é o que propicia uma melhor descrição das línguas românicas:



O sistema de Willett codifica a evidencialidade segundo os tipos de fontes de informação. Willett distingue entre fontes diretas, em que a informação provém dos sentidos, e fontes indiretas podendo aqui a informação ser reportada ou inferida. Assim, um marcador evidencial direto indica que o enunciador teve acesso direto à informação que veicula e um marcador evidencial indireto indica que o enunciador não teve acesso direto à informação que veicula mas esta foi-lhe dada por uma fonte externa ou adquirida por inferência.

Ora, um dos usos do COND em português europeu é precisamente o de veicular informação em segunda mão, isto é, informação à qual o enunciador não teve acesso direto e, concomitantemente, sobre a qual não pode assumir total responsabilidade. O COND funciona, pois, (como aliás já vimos sucintamente no capítulo IV desta dissertação) como um marcador de evidencialidade.

As diferentes classificações dos usos, e respetivos valores, do COND nem sempre coincidem nos diferentes autores que se dedicaram ao estudo desta forma. Assim, para Dendale (2012a), o uso evidencial do COND apresenta-se como um uso à parte, a par dos usos temporal e modal (cf. T. Oliveira, 2013: 76). Mas para Haillet (2003), e como vimos no Capítulo I desta dissertação, aquilo a que aqui denominamos ‘uso evidencial’ apenas se poderá situar dentro do chamado ‘condicional de alteridade enunciativa’ já que este último se caracteriza por uma não assunção dos conteúdos veiculados.

O uso evidencial, a que Abouda (2001) dá o nome de “jornalístico”¹⁰, e que Parkinson (2009) situa entre os usos atenuativos do COND como “reported information”, caracteriza-se, segundo Cunha (2018), «pela ausência de comprometimento por parte do falante em relação à factualidade das proposições expressas.» (Cunha, 2018: 14). Em exemplos como:

(89) *par=ext44-soc-91a-1: Segundo fontes policiais citadas pelo «New York Times», o atentado poderia ter partido da velha guarda do clã Gambino.*

¹⁰ Para uma outra classificação, ver ainda Dendale (1993).

em que a fonte de informação é abertamente apresentada, o enunciador não assume como sua a responsabilidade pela veracidade da asserção mas reenvia-a a essa mesma fonte externa. Contudo, a fonte da informação pode não estar explicitada, como em:

(90) par=ext1156-soc-93b-1: A partilha do assalto já teria sido feita e a polícia só recuperou um quarto da quantia roubada: 650 mil libras.

Também Bermúdez, num trabalho de 2016 em que denomina este uso do Cond como “condicional de rumor”, sublinha que, num enunciado como (91), «el hablante, si bien renuncia a hacerse cargo de la veracidad de la información expresada, al mismo tiempo no la pone en duda.» (Bermúdez, 2016: 50):

(91) Según El País, el presidente estaría en Estados Unidos.

De notar ainda que, na visão de Aikhenvald (2004), para quem um marcador evidencial tem como «primary – and not infrequently exclusive – meaning [...] information source» (Aikhenvald, 2004: 105), o COND francês, por exemplo, não é um marcador evidencial mas faz parte de um leque de “evidentiality strategies” (estratégias evidenciais) que a língua usa para veicular noções relacionadas com a evidencialidade. Assim, e segundo Cruschina & Remberger (2008), para quem, com Aikhenvald (2004), o COND não é um verdadeiro marcador evidencial, em enunciados como:

(92) Il y aurait de nombreuses victimes. (Dendale & Tasmovsky, 2001: 354)

o COND está apenas a cumprir, com carácter accidental, essa função.

Valor hipotético / contrafactual

O contexto por excelência em que surge o COND é nas chamadas ‘construções condicionais’, frases complexas em cuja composição entra uma prótase (conhecida na tradição lógica por antecedente) e uma apódose (conhecida na tradição lógica por consequente), iniciadas, o mais das vezes, por *Se*. As condicionais são de muitos tipos, sendo a classificação mais comum encontrada na literatura aquela que distingue as

condicionais ‘indicativas’ das condicionais ‘de conjuntivo’, de acordo com os tempos verbais usados. Palmer (1986) distingue entre condicionais ‘factuais’ e ‘contrafactuais’ (‘real’ e ‘unreal conditionals’), em que a única diferença formal é a marcação de tempo. Segundo o autor, nas condicionais ‘factuais’, com a forma *If John comes, Bill will leave*, o enunciador expressa dúvida em relação ao facto de o acontecimento indicado na prótase vir a acontecer; nas condicionais ‘contrafactuais’, com a forma *If John came, Bill would leave*, essa possibilidade é deixada em aberto. Há ainda a possibilidade de uma ‘contrafactual’ no passado. Neste caso, a forma é *If John had come, Bill would have left*. Vemos que é fácil, neste caso, estabelecer um paralelo entre o inglês e o português. Um exemplo de condicional ‘factual’ em português seria *Se o João vier, o Gil sairá*; um exemplo de condicional ‘contrafactual’ seria *Se o João viesse, o Gil sairia*. Um exemplo, ainda, de uma condicional ‘contrafactual’ no passado seria *Se o João tivesse vindo, o Gil teria saído*.

Em Lobo (2013), encontramos três tipos de construções condicionais: as factuais, as hipotéticas e as contrafactuais. Nas factuais, como (exemplos da autora):

(93) *Se o Rui estava doente, a mãe telefonava-lhe todos os dias,*

a interpretação é a de que os factos descritos tiveram efetivamente lugar. Nas hipotéticas, a interpretação é a de que os factos descritos podem vir a ocorrer, como em:

(94) *Se o Rui estiver doente, a mãe telefonar-lhe-á todos os dias.*

Nas contrafactuais, de que é exemplo (95):

(95) *Se o Rui tivesse estado doente, a mãe ter-lhe-ia telefonado todos os dias,*

a interpretação é a de que os factos descritos não tiveram lugar. A distinção entre estes três tipos de construções condicionais faz-se mormente através do uso de tempos e modos verbais diferenciados. Se nas factuais encontramos o Indicativo, nas hipotéticas encontramos o imperfeito ou o futuro do conjuntivo e nas contrafactuais, geralmente, o pretérito mais-que-perfeito do conjuntivo. A autora não deixa de sublinhar que é «através da relação que se estabelece entre o tempo da oração principal e o da oração subordinada que conseguimos interpretar a factualidade da

condição» (Lobo, 2013: 2021). Isto mesmo é bem tangível nos exemplos apresentados pela autora, um com o COND simples, o outro com o COND composto:

(96) *Se o Zé estivesse em perigo de vida, eu ajudá-lo-ia*

(97) *Se o Zé estivesse em perigo de vida, eu tê-lo-ia ajudado.*

Para o nosso estudo, não consideramos relevantes todas as condicionais mas apenas aquelas em que figura o COND, simples ou composto, por ser esse o foco do nosso trabalho. Como tal, frases como (98) fazem parte do nosso estudo, enquanto que (99) não faz parte do nosso estudo.

(98) *Se eu ganhasse o euromilhões, compraria uma casa*

(99) *Se a estrela da manhã é Vénus, então dois mais dois são quatro*

A tradição de tratar este tipo de frases em termos de condições de verdade também não nos será útil. Na verdade, não está em causa o valor de verdade das orações que compõem as condicionais aqui analisadas, mas sim apenas o seu valor em termos de significação, a informação linguística que veiculam (ver Barwise (1986)).

Como acima se disse, nas orações condicionais podem figurar tempos e modos diferentes. Não cabendo aqui um estudo aprofundado de todos os formatos de condicionais possíveis, estudo esse que, segundo alguns autores, ainda se encontra por fazer, o que queremos perceber é qual é o papel que o COND desempenha nestas orações, que valor(es) pode veicular.

Desde logo, a natureza aspetual dos predicados envolvidos concorre de forma decisiva para uma dada leitura. Como nos diz F. Oliveira (2013), quando o predicado da oração condicional é de tipo estativo, o que se obtém é uma leitura contrafactual, em que os acontecimentos não poderão ter lugar, como em (exemplo da autora):

(100) *Se a Ana fosse simpática, eu convidá-la-ia para jantar fora*

Por outro lado, se o predicado da oração condicional é de tipo eventivo, a leitura que se obtém é uma leitura hipotética, em que o acontecimento poderá vir a ter lugar (exemplo da autora):

(101) *Se a Ana acabasse o relatório, eu (ainda) a convidaria para jantar fora.*

As interpretações hipotética e contrafactual dependem, para Cunha (2018), do tempo gramatical presente na apódose da construção condicional: se se trata do Imperfeito do Conjuntivo, a leitura será hipotética; com o Mais que perfeito do Conjuntivo, a leitura será contrafactual. O autor sublinha ainda que, em qualquer dos casos, «o Condicional expressa uma proposição que não teve lugar no mundo real ou no mundo de referência» (Cunha, 2018: 13).

O COND pode, segundo Marques (2013), nas construções condicionais, ser selecionado por um determinado leque de tempos verbais. São eles o Pretérito Imperfeito do Conjuntivo, o Pretérito Mais-que-perfeito do Conjuntivo, o Presente do Indicativo, o Pretérito Imperfeito do Indicativo, o Gerúndio e o Infinitivo. Os exemplos são do autor:

(102) *Se alguém tivesse passado por aqui, haveria pegadas.*

(103) *Fosse ele dez anos mais novo, tudo teria sido diferente.*

(104) *Se estás assim tão cansado, deverias tirar férias.*

(105) *Se ele estava em casa, teria sido melhor ir ter com ele.*

(106) *A ser verdade o que a Ana disse, deveríamos sair já.*

(107) *O único problema que existia com o local era que, chovendo, o concerto teria de ser cancelado.*

A combinação de qualquer um destes tempos com o COND implica sempre uma relação de causalidade. No entanto, esta relação de causalidade situa-se sempre num plano diferente daquele em que se encontra o enunciador. Há, pois, uma disjunção entre dois mundos: aquele em que se situa o enunciador e um outro ‘mundo possível’ em que se encontra a predicação. Vet (1981) conclui, mediante um estudo dos tempos verbais do francês que recorre à noção de ‘mundo possível’ e, particularmente, quanto à função modal dos tempos, que o COND (bem como o Imperfeito) tem a função «d’indiquer l’appartenance d’une situation à un monde invraisemblable» (Vet, 1981: 122), diferente do real. Ou seja, qualquer que seja a combinação de tempos nas condicionais em que figura o COND, a situação será sempre movida para um outro

plano enunciativo, diferente temporal e espacialmente daquele em que o enunciador se encontra.

Não podemos deixar de concordar com Dendale (2001), para quem o COND é «la marque d'un déplacement de coordonnées», (Dendale, 2001: 16) em que um acontecimento é situado «par rapport à d'autres paramètres que le moi-ici-maintenant» (Ibidem), sendo precisamente esse 'deslocamento' que produz os inúmeros efeitos de sentido, difíceis de classificar, que encontramos com o COND.

CONCLUSÃO

Pretendeu-se, com esta dissertação, compilar e discutir dados sobre o Condicional / Futuro do Pretérito. Com uma visão à vez pormenorizada, à vez panorâmica, pretendeu-se dar a conhecer (ou recordar) as características mais relevantes do COND e o seu comportamento em língua. Pretendeu-se também levantar velhas e novas questões relacionadas com este paradigma linguístico.

Começámos por apresentar alguns estudos, que nos pareceram de alguma forma relevantes, sobre o COND. Revisitámos a problemática de saber se o COND se trata de um tempo ou de um modo, salientando que essa não parece ser uma questão fundamental, ou, pelo menos, resolúvel à luz do que hoje cremos saber acerca das línguas naturais, nomeadamente, que as formas linguísticas se prestam a usos muito variados, obtendo-se, em cada um desses usos, um valor diferente. Com base em alguns estudos, tentámos esboçar um possível percurso diacrónico para o COND em português europeu, sabendo que, mesmo com o volume de estudos já publicado, ainda nos falta um pouco para desenhar a sua definitiva história. Observámos algumas das semelhanças e diferenças entre o COND e as duas outras formas linguísticas com que partilha parte da sua morfologia, o Imperfeito do Indicativo e o Futuro do Indicativo. Por fim, percorremos os usos e valores do COND mais salientes em língua, com destaque para o português europeu, tentando explorar os seus aspetos mais relevantes e mais problemáticos.

Por explorar ficaram ainda algumas questões, entre elas a relação dos modais *dever* e *poder* com o COND; que papel desempenha o COND nos enunciados interrogativos; porque é que, nas chamadas orações condicionais, o COND apenas surge com alguns tempos verbais específicos e não outros, entre muitas outras. Pelo facto de o COND fazer surgir um grande número de questões, apenas num trabalho de dimensão maior se poderia tentar dar resposta a todas elas.

Penso que, a poder tirar-se uma qualquer lição do singelo estudo aqui empreendido, essa será a de que não parece haver tal coisa como a correspondência clara e distinta entre uma forma ou construção e um significado.

Aquilo que o COND nos mostra é que mais do que tentar determinar o significado de uma qualquer forma ou construção linguística, o que de facto importa é a exploração dessa forma ou construção em contexto. Isto equivale, aproximadamente, a afirmar que é não da forma ou construção, e também não do contexto em si, mas sim de uma determinada ‘configuração’ de formas e construções que emerge o significado.

O COND é uma forma linguística bastante complexa, de facto, mas é apenas uma entre todas as outras. Por isso, isto é, não tendo o COND um carácter excecional, pode e deve servir como prova viva de que é extremamente difícil manter a ideia de ‘uma forma – um significado’.

Mas, onde nos poderá conduzir uma tal hipótese? De que porto pode então partir a investigação daí para a frente? As implicações estão longe de ser lineares. Reconhecer que a uma forma linguística não corresponde apenas um significado implica, à partida, ter de assumir uma teoria do significado tal que dê conta dos vários significados dessa mesma forma.

Não cabe, naturalmente, neste trabalho, empreender essa busca.¹¹ Cremos, não obstante, que o caminho terá, necessariamente, de passar por um exame profundo do papel aparentemente determinante, definidor, que o contexto parece desempenhar. Conforme está posicionada no “tabuleiro” da língua, uma forma linguística veicula um determinado sentido. Ou, as formas linguísticas apenas têm significado “em potência”.

¹¹ A este respeito, veja-se Allwood (2003) e suas referências pertinentes. Ver também Silva (2010).

REREFREÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aaron, J., 2006. *Variation and change in Spanish future temporal expression*. PhD Dissertation. University of New Mexico.
- Abouda, L. 1997. Le conditionnel: temps ou mode? Arguments syntaxiques. In *Revue Romane* 32 (2), pp. 179-198.
- Abouda, L. 2001. Les emplois journalistique, polemique et atténuatif du conditionnel. Un traitement unitaire. In *Recherches Linguistiques* (25), pp. 277-294.
- Allwood, J. Meaning potentials and context: some consequences for the analysis of variation in meaning. Cuyckens, H., René Dirven and John R. Taylor (eds.). *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*. Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, pp. 29-65.
- Aikhenvald, A. Y. 2004. *Evidentiality*. Oxford: Oxford University Press.
- Aikhenvald, A. Y. 2007. Information source and evidentiality: what can we conclude. In *Rivista di Linguistica* (19.1), pp. 209-227.
- Alkire, T. & Rosen, C. 2010. *Romance languages: a historical introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Anderson, L. B. 1986. Evidentials, paths of change, and mental maps: typologically regular asymmetries. In *Evidentiality: The linguistic coding of epistemology. Advances in Discourse Processes* (20), pp. 273–312.
- Azzopardi, S. 2013. Valor aspectuo-temporal y usos modales del condicional a la luz de la noción de gramaticalización. In. Cabedo Nebot, A.; Aguilar Ruiz, M. J.; y López-Navarro Vidal, E. (eds.). *Estudios de Lingüística: investigaciones, propuestas y aplicaciones*. (SL) Valencia: Tecnolingüística, pp. 337-347.
- Barwise, J. 1986. Conditionals and conditional information. In Traugott, E. C., ter Meulen, A., Reilly, J. S. and Ferguson, C. A. *On Conditionals*. Cambridge: CUP.
- Bermúdez, F. 2016. Rumores y otros malos hábitos. El condicional evidencial en español. In *Cuadernos de Lingüística de el Colegio de México* (3: 2), pp. 35-69.

- Bybee, J. L., Perkins, R. & Pagliuca, W. 1994. *The evolution of grammar: Tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Bres, J., Azzopardi, S. & Sarrazin, S. 2012. Le conditionnel en français: énonciation, ultériorité dans le passé et valeurs modales. In *Faits de langue* (40), pp. 37-43.
- Bourova V. & Tasmovski L. 2007. La préhistoire des futurs romans. Ordre des constituants et sémantique. In *Cahiers Chronos* (19), 25-41.
- Brocardo, Teresa. 2016. O futuro do passado / condicional – elementos para um estudo diacrónico. In Barros, A. L. de & T. Brocardo (orgs.) *Estudos sobre o verbo em português: valores, marcas e construções*. João Pessoa: Ideia, pp. 27-49.
- Bybee, J., Perkins, R. D. & Pagliuca, W. 1994. *The evolution of grammar: Tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago Press.
- Comrie, Bernard. 1985. *Tense*. Cambridge: CUP.
- Cunha, L. F. 2018. Algumas considerações em torno da expressão da posterioridade no passado, no contexto de completivas de verbo. In *Revista de Estudos da Linguagem* 26(2), pp. 719-767.
- Cunha, Celso & Lindley Cintra. [1984] 2002¹⁷. *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa.
- Cruschina, S. & Remberger, E. 2008. Hearsay and reported speech: evidentiality in romance. In *Rivista di Grammatica Generativa* (v. 33), pp. 95-116.
- Dendale, P. 1993. Le conditionnel de l'information incertaine: Marqueur modal ou marqueur évidentiel? In Hilty, G. (ed.) *Actes du XXe Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes* (t. 1) pp.165-176.
- Dendale, Patrick (2012b). Le conditionnel “journalistique”, marqueur de modalisation en discours second: éléments d'archéologie grammaticale. In Branca-Rosoff, S. et al (eds). *L'hétérogène à l'oeuvre dans la langue et les discours. Hommage à Jacqueline Authier-Revuz*. Paris: Lambert-Lucas, pp. 229-248.
- Dendale, P. 2001. Les problèmes linguistiques du conditionnel français. In Dendale, P. & L. Tasmowski (eds.) *Le conditionnel en français*. Metz: Université de Metz, pp. 7-18.

Dendale, P. & L. Tasmovsky. 1994. Présentation. L'évidentialité ou le marquage des sources du savoir. In *Langue Française* (102), pp. 3-7.

Dendale, P. & L. Tasmovsky. 2001. Introduction: Evidentiality and related notions. In *Journal of Pragmatics* (33), pp. 339-348.

Ducrot, O. 1984. *Led ire et le dit*. Paris: Les éditions de Minuit.

Fernandes, G. 2010. O princípio da cortesia em português europeu. In eds. Iliescu, M., Siller-Runggaldier, H. M., Danler, P. *Actes du XXVe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*. Tomo V. Innsbruck: De Gruyter.

Frawley, W. 1992. *Linguistic semantics*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

Hardman, M. J. 1986. Datasource marking in the Jaqi languages. In W. Chafe & J. Nichols (eds.). *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. Norwood, NJ: Ablex, pp. 3-28.

Gosselin, L. 2004. *Temporalité et modalité*. Bruxelles: Duculot Louvain.

Gosselin, L. 2008. De la distinction entre la dimension temporelle de la modalité et la dimension modale de la temporalité. In *Cahiers de praxématique* (47). Montpellier: Pulm, pp. 21-52.

Haillet, P.P. 2003. Représentations discursives, point(s) de vue et signifié unique du conditionnel. In Bres, J. (dir.) *Langue française* (n° 138), pp. 35-47.

Heine, B. 1993. *Auxiliaries: Cognitive Forces and Grammaticalization*. Oxford: OUP.

Heine, B. 2002. On the role of context in grammaticalization. In Wischer, Ilse & Gabriele Diewald (eds.) *New reflections on grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins.

Heine, B. 2003. Grammaticalization. In Joseph & Janda (eds.) *The handbook of Historical Linguistics*. MA: Blackwell, pp. 575-601.

Hopper, P.J. & Traugott, E.C. 1993. *Grammaticalization*. Cambridge: CUP.

- Hopper, P.J. 1991. On some principles of grammaticalization. In Traugott, E.C. & B. Heine (eds.) *Approaches to grammaticalization* (vol. I) Amsterdam: John Benjamins, pp. 17-35.
- Jaszczolt, K. M. 2009. *Representing time: an essay on temporality as modality*. Oxford: Oxford University Press.
- Jensen, K. 2002. El futuro y el condicional en el sistema verbal español moderno. In *Romansk Forum* (16), pp. 117-125.
- Lauze, A. 2008. Le conditionnel: forme temporelle ou atemporelle? In Dany Baillargeon (dir.) *Communication, lettres et sciences du langage* (Vol 2, n°1), pp. 92-106.
- Lobo, M. 2013. Subordinação adverbial. In Raposo, Eduardo P. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. II, 1981-2060.
- Marques, Rui. 2010. Sobre a semântica dos tempos do conjuntivo. In *XXV Encontro da Portuguesa de Linguística*. Textos seleccionados, APL, pp. 549-565.
- Marques, Rui. 2013. Modo. In Raposo, Eduardo P. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. I, pp. 673-693.
- Matlock, T. 1989. Metaphor and the grammaticalization of evidentials. In *Proceedings of the 15th annual meeting of the Berkeley Linguistic Society* (15), pp. 215-225.
- Merle, J. M. 2001. Le conditionnel ludique. In *Étude du conditionnel français et de ses traductions en anglais. Linguistique contrastive et traduction* (n° spécial), pp. 226-231.
- Merle, J. M. 2001. Le conditionnel: temps ou mode. In *Étude du conditionnel français et de ses traductions en anglais. Linguistique contrastive et traduction* (n° spécial), pp.10-23)
- Ministério da Educação. Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. 2007. *Revisão da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário*. Lisboa.
- Oliveira, F. 2003a. Tempo e Aspecto. In Mateus et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 127-178.

- Oliveira, F. 2003b. Modalidade e modo. In Mateus et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 243-272.
- Oliveira, F. 2013. Tempo verbal. In Raposo, Eduardo P. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. I, pp. 509-553.
- Oliveira F. & I. Duarte. 2012. Le conditionnel et l'imparfait en portugais européen. In Bres, J., S. Azzopardi e S. Sarrazin (eds.) *Faits de langues* (40), pp. 53-60.
- Oliveira, T. 2001. O Futuro e o Condicional como marcadores de mediativo. In *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 403-414.
- Oliveira, T. 2006. *Sobre a tradução dos tempos verbais: algumas questões sobre o condicional e o futuro*. Primeiro Fórum de partilha linguística, Lisboa (Comunicação).
- Oliveira, T. 2013. *Valores de (inter)subjetividade na análise semântica: a marcação da distância*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Palmer, F.R. 2001. *Mood and Modality*. Cambridge: CUP.
- Parkinson, Jennie. 2009. *A diachronic study into the distribution of two italo-romance synthetic conditional forms* (PhD Thesis). Disponível em: <https://research-repository.st-andrews.ac.uk/>
- Patard, A. 2017. Du conditionnel comme constructions ou la polysémie du conditionnel. In *Langue Française*, 194 (2), pp. 105-124.
- Patard A. & De Mulder, W. 2012. L'évolution des usages du conditionnel français. In *Faits de langues: revue de linguistique* (40/2), pp. 29-36.
- Portner, Paul. 2009. *Modality*. Oxford: OUP.
- Silva, A. S. 2010. Polissemia e contexto: o problema duro da diferenciação de sentidos. In *Estudos Linguísticos* (5), pp. 353-368.

Sousa, F. C. 2007. *A alternância entre o pretérito imperfeito e futuro do pretérito na expressão da hipótese*. Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Lingüística, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppglinguistica/files/2009/12/SOUSAFernanda-Cunha-2007-Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>

Squartini, M. 2001. The internal structure of evidentiality in Romance. In *Studies in Language* (25:2), pp. 297–334.

Vatrican, A. 2014. Usos y valores modales del condicional en español. In *Archivum* (LXIV), pp. 239-273.

Van der Auwera, J. & Plungian, V. 1997. On Modality's semantic map. In *Linguistic Typology* (2), pp. 79-124.

Van Der Weerd, J. & Dendale, P. 2017. L'étude linguistique du conditionnel en français. État des lieux thématique et bibliographie rétrospective (2000-2015). In *Revue de linguistique romane* (81), pp. 89-112.

Vet, C. 1981. La notion de «monde possible» et le système temporel et aspectuel du français. In *Langages* (64), 109-124.

Willett, T. 1988. A crosslinguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. In *Studies in Language* (12), pp. 51-97.